



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
ALEXANDRE JOSÉ MATOS DA COSTA

**DINHEIRO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL:
O FINANCIAMENTO DA GUERRA E A UTILIZAÇÃO DE DINHEIRO PELOS
COMBATENTES DA FEB NO TEATRO DE OPERAÇÕES DA ITÁLIA**

Curitiba
2015

ALEXANDRE JOSÉ MATOS DA COSTA

**DINHEIRO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL:
O FINANCIAMENTO DA GUERRA E A UTILIZAÇÃO DE DINHEIRO PELOS
COMBATENTES DA FEB NO TEATRO DE OPERAÇÕES DA ITÁLIA**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em História Militar, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito à obtenção do título de Especialista em História Militar.

Orientação: Prof. Carlos Roberto Carvalho Daróz

Curitiba

2015

ALEXANDRE JOSÉ MATOS DA COSTA

**DINHEIRO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL:
O FINANCIAMENTO DA GUERRA E A UTILIZAÇÃO DE DINHEIRO PELOS
COMBATENTES DA FEB NO TEATRO DE OPERAÇÕES DA ITÁLIA**

Esta Monografia foi julgada adequada à obtenção do título de Especialista em História Militar e aprovado em sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em História Militar, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Curitiba, 26 de abril de 2015.

Professor orientador: Carlos Roberto Carvalho Daróz

Universidade do Sul de Santa Catarina

Aos nossos verdadeiros heróis, homens e mulheres da Força Expedicionária Brasileira que, voluntariamente, deixaram suas famílias, suas casas, sua juventude para combater em terras estrangeiras, sem saber se voltariam. Mesmo que não soubessem exatamente a razão da batalha, deram sua vida pelo Brasil.

Quem dera que um dia o exemplo patriótico dos nossos heróis possa influenciar as novas gerações e, principalmente, aqueles que nos governam que, com frequência, tem demonstrado profundo desrespeito ao povo brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus.

Agradeço à minha família e, em especial, à minha esposa Aparecida, pelo incentivo e apoio incondicional durante todo o curso e, principalmente, durante a elaboração desta monografia (apesar de toda a bagunça espalhada pela casa!).

Agradeço à Unisul, seus professores e à Coordenadora Karla Nunes pelo oferecimento de curso com conteúdo tão rico. Especial agradecimento ao professor Carlos Roberto Carvalho Daróz que, além de meu orientador nesta monografia, foi um ativo professor de diversas disciplinas do curso e, com o qual, muito aprendi sobre História Militar.

Agradeço ao Banco do Brasil, personalizado pela Analista de Atividades e Serviços Culturais do CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil – Rio de Janeiro) Cristiane Campos da Cunha Rezende, que não mediu esforços para fornecer todas as informações que a instituição possui sobre a AGEFEB. Sem estas informações, não haveria como resgatar a história da AGEFEB.

RESUMO

Esta pesquisa apresenta os tipos de dinheiro de papel utilizados durante a Segunda Guerra Mundial diretamente vinculados à participação brasileira no conflito. A pesquisa é iniciada pela identificação de referencial teórico sobre a formação dos exércitos, desde o Império Romano, apresentando o esforço financeiro necessário para mantê-los em combate (logística e pagamento aos soldados). Na sequência, há a conceituação de dinheiro, sua influência na organização das sociedades e como ele se relaciona com as guerras. Contextualizando a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, são apresentados os principais fatores que levaram o Brasil a declarar guerra contra a Alemanha e a Itália. Após a declaração de guerra surge o primeiro tipo de dinheiro brasileiro envolvido no esforço de guerra: as Obrigações (ou Bônus) de Guerra. O esforço de guerra brasileiro culminou na formação e no envio para combate junto aos Aliados da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Com a FEB no Teatro de Operações da Itália, os brasileiros passaram a ter contato com outro tipo de dinheiro: as cédulas militares. Na Itália, circulavam as AM Lire (Allied Military Lire). O trabalho apresenta as razões para sua criação, como circulavam e mostra imagens destas cédulas. Para o suporte financeiro das tropas brasileiras no conflito, o governo solicitou ao Banco do Brasil a criação de uma agência especial que deveria funcionar no Teatro de Operações, junto com a FEB. Assim surge a AGEFEB que se manteve na Itália durante todo o tempo de permanência das tropas. São apresentados os funcionários que fizeram parte desta agência, suas principais atribuições e o papel da AGEFEB no conflito.

Palavras-chave: História. História Militar. Segunda Guerra Mundial. Dinheiro. FEB. AGEFEB. AM Lire. Cédulas Militares. Obrigações de Guerra. Bônus de Guerra. Banco do Brasil. Cédulas. Numismática.

ABSTRACT

This research presents the types of paper money used during World War II directly linked to the Brazilian participation in the conflict. The research is initiated by the theoretical framework of data on the formation of armies, since the Roman Empire, with the financial effort required to keep them in combat (logistics and payment to the soldiers). Next, there is the concept of money, its influence on the organization of societies and how it relates to the wars. Contextualizing the Brazilian participation in World War II, are presented the main factors that led Brazil to declare war against Germany and Italy. After Brazilian declaration of war the first type of Brazilian money involved in the war effort arises: the Brazilian War Bonds. The Brazilian war effort culminated with the formation and dispatch to fight with the Allies of the Brazilian Expeditionary Force (FEB). With the FEB in the Italy battlefield, Brazilians have contact with other type of money: the military currency. In Italy, circulated AM Lire (Allied Military Lire). This paper presents the reasons for his creation, as they circulated and shows images of these banknotes. For the financial support of the Brazilian troops in the conflict, the government asked to the *Banco do Brasil* to create a special agency that should work in the battlefield, together with the FEB. Thus arises the AGEFEB which remained in Italy throughout the length of stay of the troops. This paper presents the main responsibilities of AGEFEB, the services (formal and informal) provided and also the names of employees that made part of this agency.

Key-words: History. Military History. World War II. Money. FEB. AGEFEB. AM Lire. Military Currency. War Bonds. Banco do Brasil. Banknotes. Numismatics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1: Cartaz de propaganda americano da Segunda Guerra Mundial, apelando ao lado emocional da população, com o objetivo de aumentar a venda de Bônus de Guerra.....	52
Fotografia 2: Alguns exemplares de AM Lira.....	55
Fotografia 3: Verso de uma cédula de 50 AM Lira	56
Fotografia 4: Balcão Móvel utilizado pela AGEFEB na Itália	60
Fotografia 5: Caderneta de Conta Corrente	61
Fotografia 6: AGEFEB no Escritório Central em Roma.	63
Fotografia 7: AGEFEB no Escritório B (Pistóia).....	64
Fotografia 8: Placa indicativa do Banco do Brasil em Gênova.	66
Fotografia 9: Representantes da AGEFEB com o Mal. Mascarenhas de Moraes.....	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Totais arrecadados com as Obrigações e Fundos de Guerra.....	31
Tabela 2 - Relação dos Participantes da AGEFEB	47

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	DINHEIRO, EXÉRCITOS E GUERRAS.....	13
2.1	DINHEIRO.....	13
2.2	A EVOLUÇÃO DOS EXÉRCITOS E SEU RELACIONAMENTO COM O DINHEIRO	15
2.2.1	Roma e o Império Romano	15
2.2.2	Primórdios da Idade Média	18
2.2.3	Século XI	21
2.2.4	Século XII.....	22
2.2.5	Século XIII.....	24
2.2.6	Século XIV	25
2.2.7	Século XV	26
2.3	FINANCIAMENTO DA GUERRA.....	28
2.3.1	Estados Unidos.....	28
2.3.2	Brasil.....	30
2.4	ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA MILITAR ALIADA	32
2.5	PRACINHAS E O DINHEIRO: O FUNDAMENTAL PAPEL DA AGEFEB	39
3	O DINHEIRO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	49
3.1	BRASIL DECLARA GUERRA: SURGEM AS OBRIGAÇÕES DE GUERRA... 49	
3.2	O BRASIL VAI À GUERRA: A UTILIZAÇÃO DAS CÉDULAS MILITARES.....	53
3.3	A AGEFEB: AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL JUNTO À FEB.....	57
4	CONCLUSÃO.....	68
5	REFERÊNCIAS	72

1 INTRODUÇÃO

Uma guerra sempre possui diversas motivações. As conjunturas sociais e políticas que levam ao conflito são sempre complexas. Mas, alguns fatores são inegáveis e estão presentes na origem de praticamente todos eles: a necessidade de conquista de poder, recursos, territórios e, conseqüentemente, dinheiro.

Como fundamentação para chegar ao objetivo principal deste trabalho, é importante recuperar na literatura registros sobre a origem do dinheiro, as mudanças na sociedade em função da sua utilização e a relação direta entre poder e dinheiro. No campo da História Militar, é necessário mostrar como os exércitos foram formados ao longo do tempo, como se deu o financiamento das guerras, como os combatentes eram pagos, como o pagamento dos soldados influenciou o resultado das guerras e sobre as dificuldades financeiras das forças combatentes para manutenção do esforço de guerra.

No estudo da História Antiga, a numismática (representada pelas moedas) ajuda a contar a história uma vez que registros escritos são muito raros ou inexistentes. Na História Militar contemporânea, a numismática também pode auxiliar, não só pela análise das moedas, mas devem ser consideradas todas as formas de dinheiro, o que o torna muito maior a amplitude da pesquisa. Este trabalho irá cobrir o chamado **dinheiro de papel** envolvido nas guerras, composto por bônus e obrigações de guerra além das cédulas militares. O conceito de dinheiro militar é muito amplo, mas nesta pesquisa, será considerado como “todo tipo de papel com valor monetário emitido por autoridades militares para dar suporte às operações militares ou como resultado de combate a hostilidades.” (SCHWAN, 1995, p. 16, tradução do autor).

Por ser um assunto muito extenso, o trabalho estará delimitado à Segunda Guerra Mundial e tem por objetivo principal apresentar as principais formas de utilização de dinheiro pelos países combatentes durante o conflito, utilizando como cenário a participação brasileira nele. Para tanto, é fundamental contextualizar a participação do Brasil no conflito, a estrutura financeira preparada pelos aliados no Teatro de Operações¹ da Itália e como o Brasil organizou o fundamental suporte financeiro aos

¹ Entende-se por Teatro de Operações como a parte do Teatro de Guerra, necessária à condução de operações militares de vulto e seu conseqüente apoio logístico, para o cumprimento de uma determinada missão. O Teatro de Guerra, citado nesta definição, é representado por todo espaço geográfico – terrestre, marítimo ou aéreo – que estiver ou possa ser diretamente envolvido nas operações militares de uma guerra.

pracinhas² durante o período em que a FEB – Força Expedicionária Brasileira - esteve combatendo na Itália junto às forças aliadas.

Durante todo o período em que os pracinhas brasileiros estiveram na Itália, foram acompanhados por civis, funcionários voluntários do Banco de Brasil, numa agência criada especificamente para este fim, a AGEFEB. Civis, com patentes militares, que chegaram muito próximos do campo de batalha, e que tinham a função de dar o suporte financeiro necessário aos brasileiros que estavam em combate. Resgatar a importância do seu trabalho, a segurança e a tranquilidade que davam à tropa, além do espírito patriótico que sempre demonstraram é, certamente, um dos principais objetivos deste trabalho.

Os efeitos econômicos da Segunda Guerra foram significativos e de grande abrangência. Vários tipos de dinheiro foram utilizados para atender a necessidades específicas antes, durante e após a guerra. Na extensa documentação bibliográfica sobre a Segunda Guerra Mundial existem esparsas informações sobre o papel do dinheiro no conflito. Algumas publicações citam o esforço de guerra feito para arrecadar fundos, outras citam a situação econômica dos países envolvidos durante e após a guerra, mas não há muita informação sobre como o dinheiro foi usado durante o conflito. Este trabalho busca trazer um complemento, avaliando pelo viés da numismática, à história da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial.

² Pracinhas é a forma como eram chamados os combatentes da Força Expedicionária Brasileira no Teatro de Operações da Itália durante a Segunda Guerra Mundial

2 DINHEIRO, EXÉRCITOS E GUERRAS

2.1 DINHEIRO

Dinheiro é um meio de troca, que tem a vantagem de eliminar as ineficiências do escambo; uma unidade de valor que facilita a avaliação e o cálculo; e um recipiente de valor que permite que as transações econômicas sejam conduzidas durante longos períodos e também a despeito das distâncias geográficas. Para desempenhar esta função da melhor maneira, o dinheiro tem que estar disponível e ser durável, fungível, portátil e confiável. Como preenchem a maioria destes critérios, ao longo dos milênios os metais como ouro, prata e bronze foram considerados como a matéria prima monetária ideal. O dinheiro como conhecemos hoje teve sua origem na Lídia, no século VI a.C, no reinado de Creso. Nesta região foram batidas as primeiras moedas por volta de 630 a 640 a.C, feitas de uma liga chamada de *eléctron* (formada por ouro e prata). A percepção de Creso da necessidade de estabelecer um padrão de referência para o comércio de mercadorias levou à criação do dinheiro. A partir deste momento, não havia mais necessidade de estabelecer trocas diretas de produtos ou produtos por ouro. O dinheiro servia de base para estas negociações. As moedas cunhadas na Lidia buscavam manter um padrão de peso e tamanho para que as negociações fossem rápidas, sem a necessidade de ter que pesar ouro para estabelecer critérios de conversão. A criação do dinheiro tornou os lídios exímios comerciantes. Mas não só eles, o dinheiro acabou se disseminando por várias regiões, e o dinheiro trazia consigo o poder. Quem tivesse mais dinheiro, tinha mais poder. Não demorou muito para que o dinheiro fosse usado nas guerras. Tucídides (2001) descreve muito bem a participação do dinheiro na Guerra do Peloponeso. Como exemplo:

Ninguém deve considerar covardia o fato de muitas cidades hesitarem em atacar uma só. Eles também têm aliados não menos numerosos que os nossos, e que lhes pagam tributos; a guerra não é tanto uma questão de armas quanto de dinheiro, pois é o dinheiro que torna as armas disponíveis, principalmente quando habitantes do interior se opõem a uma potência marítima. Começamos, então, por obter dinheiro, em vez de nos deixarmos levar prematuramente pela eloquência de nossos aliados e, da mesma forma que nos caberá a maior parcela de responsabilidade pelas consequências em ambos os casos, temos o direito de prevê-las com certa calma.

Para Clausewitz (2014), “a guerra nada mais é que a política por outros meios, considerando assim que a guerra é um meio da política”. O dinheiro se tornou um instrumento primordial para a política e, portanto, é cada vez mais difícil dissociar dinheiro, de política e de guerra.

Conforme Strathern (2012):

Por 17 anos a Grã-Bretanha estivera em guerra contra Napoleão, na tentativa de conter a dominação francesa da Europa. O esforço financeiro exigido por essa guerra começara a se fazer sentir. Para estancar a drenagem das reservas de ouro da Grã-Bretanha, o governo decretara em 1797 que o Banco da Inglaterra não mais devia dar ouro em troca de seus bilhetes de banco. (Cédulas britânicas, como a de 10 libras emitida pelo Banco da Inglaterra, ainda trazem a inscrição “Prometo pagar ao portador contra apresentação a soma de dez libras”. Essa promessa foi rompida pela primeira vez em 1797, e em grande parte dos dois séculos seguintes o Banco da Inglaterra continuou a imprimir mentiras em maior escala que qualquer tablóide). Livre da limitação de ter de realmente pagar por suas notas, o banco reagiu como qualquer um com permissão para imprimir dinheiro. O excesso de bilhetes de banco significava também que agora ele podia emprestar mais dinheiro. Quando os preços começaram a subir, e o valor da libra caiu, o banco sustentou intrepidamente não haver nenhuma conexão entre suas ações e esses eventos subsequentes.

O dinheiro constitui o ponto de convergência da cultura mundial moderna. Define as relações entre as pessoas, não só entre cliente e comerciante no mercado ou empregador e funcionário no local de trabalho. Cada vez mais na sociedade moderna, o dinheiro define as relações entre os pais e filhos, entre amigos, entre políticos e eleitores, entre vizinhos e entre o clero e os paroquianos. O dinheiro forma as instituições centrais da economia e mercados modernos, em torno dele se encontram agrupadas as instituições subordinadas por parentesco, religião e política. O dinheiro é o idioma do comércio no mundo moderno.

Aphra Behn, uma dramaturga do século XVII escreveu em sua peça “The Rover” em 1677: “O dinheiro fala com significado em um idioma compreendido por todas as nações”. Não só fala com o significado como impõe esse significado sobre qualquer sociedade que conquistar, e faz isso de uma forma de subjuga todas as outras instituições e sistemas. Praticamente, a partir do instante de sua invenção, o dinheiro foi ficando cada vez mais importante na sociedade ocidental e finalmente dominou o sistema feudal e as hierarquias aristocráticas de civilizações anteriores. Enquanto o dinheiro se espalhava rapidamente pela história e pelas sociedades, seu impacto pareceu supreendentemente semelhante desde as antigas Grécia e Roma até os modernos Japão e Alemanha.

Diferente das moedas que existem desde o século VI a.C., as cédulas (ou dinheiro de papel) tem uma existência mais recente. A primeira circulação de dinheiro de papel que se tem registro ocorreu na China no século XI. Mais tarde, na dinastia Yuan (1206-1367), o governo expandiu sua utilização. No século XIII, o emergente sistema bancário italiano já encorajava o uso do dinheiro de papel. Em 1656, o Stockholm Banco foi o primeiro da Europa a instituir a livre circulação de dinheiro de papel. Porém, somente ao final do século XVII, com a circulação de notas e um sistema bancário mais centralizado, começou a consolidação do sistema monetário que conhecemos hoje, baseado em garantia de trocas. Neste mesmo período a Inglaterra começou a emitir os “Bills of Exchange”, que nada mais eram que recibos de depósitos de dinheiro em instituições bancárias, onde ficava registrada a promessa da instituição devolver (pagar), no futuro, o valor equivalente à quantia trocada.

No Brasil, o primeiro registro de dinheiro de papel data do século XVIII com os “Bilhetes de Extração”, emitidos pela “Caixa da Administração Geral dos Diamantes” em Tejuco do Serro Frio, atual Diamantina. A partir de 1772, a extração de diamantes na região passou a ser feita diretamente pela Coroa Portuguesa, que para isso criou a Real Extração dos Diamantes. Quando havia insuficiência de recursos para o custeio das despesas, a Administração dos Diamantes emitia bilhetes que eram resgatados quando chegavam os suprimentos em moeda remetidos pela Fazenda Real. No início esses bilhetes tinham grande credibilidade, sendo aceitos em todas as transações comerciais da região³.

2.2 A EVOLUÇÃO DOS EXÉRCITOS E SEU RELACIONAMENTO COM O DINHEIRO

2.2.1 Roma e o Império Romano

Segundo Fields (2011), a palavra *salário* tem origem do latim *sal* e *sallarium* representa um pagamento feito em sal. Porém a ligação entre sal e soldados não é muito clara. Plínio, o velho, cita em sua obra *Historia Naturallis* que “os soldados eram pagos em sal e daí surgiu a palavra *salário*”. Não há um registro preciso de

³ Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/pre/museu/odinheiro.asp>>. Acesso em 22 de março de 2015

que os soldados recebessem como pagamento o produto *in natura*. Existem duas interpretações para o termo *sallarium*: pode ter sido um subsídio dado aos soldados romanos para compra de sal ou então o pagamento feito aos soldados que guardavam o sal, um dos mais valiosos e principais suprimentos da época, que era transportado pela antiga rota do sal, a Via Campana, trazendo o produto para Roma a partir da única fonte produtora da parte central da Itália. Mas, independente da interpretação, o sal está na origem do pagamento aos soldados romanos, seja para aquisição do produto, seja para protegê-lo.

De acordo com Funari (2002), nos primeiros quatro séculos da História de Roma, os romanos entraram em conflitos, dominaram ou fizeram alianças com povos vizinhos, expandindo-se, primeiro, em direção ao Lácio (região vizinha à cidade) e, depois, à Itália Central, Meridional e Setentrional. Os conquistados recebiam tratamento muito diversificado, segundo sua posição em relação ao poder romano. Os que se aliassem, recebiam direitos totais ou parciais de cidadania, enquanto os derrotados que não cedessem eram subjugados, muitos vendidos como escravos, outros submetidos a tratados muito desiguais e que davam ao Estado Romano grandes rendas na forma de impostos e tributos.

Na prática, a aliança com Roma significava o fornecimento de forças militares, chamadas auxiliares, a aceitação da hegemonia política romana, mas também permitia um grau, bastante variável, de integração com o Estado romano.

O exército romano foi se construindo e consolidando no decorrer das guerras ocorridas entre os séculos IV e III a.C. O exército sempre foi uma instituição essencial para os romanos. Durante os primeiros cinco séculos, desde a fundação de Roma até as reformas do general Mário, em 111 a.C., o exército romano foi composto por todos os cidadãos e, por isso, era chamado de "exército de camponeses" e, até a reforma de Mário, não era permanente. Era composto por cavalaria de elite e infantaria de camponeses que guerreavam apenas no verão, voltando para suas propriedades e lá permanecendo no restante do ano. As guerras na Antiguidade, pela praticidade, ocorriam sempre nesta estação. A participação no exército era obrigatória e, portanto, as guerras retiravam do trabalho no campo contingentes significativos de homens.

Tendo conquistado toda a Península Itálica, a partir do século III a.C., a expansão romana estendeu-se para fora da Itália, e a sociedade camponesa dos primeiros séculos começou a transformar-se mais rapidamente. As guerras passaram a

produzir grandes lucros, em especial por meio da captura e venda dos inimigos, a partir de então transformados em escravos, que passaram a ser utilizados como mão de obra em larga escala, em grandes fazendas.

Ainda segundo Funari (2002), as guerras muito longas em locais distantes tornavam cada vez mais difícil a participação dos camponeses na infantaria, o que acabou levando o general romano Mário, em 111 a.C., a recrutar, pela primeira vez, soldados voluntários que recebiam salário. Os procedimentos adotados pelo general Mário, um homem de origem relativamente humilde, levou à profissionalização do exército. Nos séculos seguintes, o exército continuará a incorporar, cada vez mais, soldados e oficiais de origem não romana. Durante os dois primeiros séculos do Império Romano (I e II d.C.) legiões inteiras eram compostas de tais soldados, como uma legião toda de batavos, uma tribo de germanos, originários da região da atual Alemanha.

Esses novos soldados assalariados passaram a ser mais leais aos generais que lhes pagavam do que ao Estado romano. Apoiando os generais, podiam obter vantagens, como parte da presa de guerra, especialmente escravos. Além disso, ao se retirarem da ativa e passarem para a reserva, recebiam lotes de terra para cultivar, sempre de acordo com a vontade do seu general. O resultado não se fez esperar, e os generais começaram a lutar entre si pelo poder, levando os romanos a inúmeras guerras civis.

O vasto território conquistado por Roma gerava grandes dificuldades logísticas. Era necessário construir e manter estradas para que o exército e os funcionários alcançassem os lugares mais distantes e para que os impostos pagos chegassem a Roma. Para assegurar a ordem entre os conquistados, os romanos tinham que manter postos avançados e acampamentos militares espalhados pelo território imperial. Era preciso alimentar e armar os soldados onde estivessem. Era necessário fazer chegar as ordens de Roma às tropas e governos mais distantes.

A importância do exército para a conquista e manutenção dos domínios territoriais romanos era, também, administrativa e econômica. Os milhares de soldados tinham que ser abastecidos e uma parte importante da política de Estado consistia em cuidar da logística para manutenção dessa força. O exército romano formava um corpo cuja homogeneidade devia ser suficiente para que a unidade na Bretanha não diferisse muito de uma na Arábia ou na África, a milhares de quilômetros, desse modo os acampamentos eram muito semelhantes, assim como os uniformes, a

alimentação, a estrutura, a disciplina. O aprovisionamento com víveres, trigo, vinho e azeite era essencial para a manutenção tanto das tropas quanto de seu caráter romano. O Estado tinha, assim, que prover a essas necessidades, por meio de compras no mercado, mas, principalmente, com a intervenção direta na produção. Os impostos eram, em parte, pagos em produtos que seriam encaminhados aos acampamentos.

Porém, no século III, a situação financeira do Império Romano era crítica, o sistema monetário estava débil. Os camponeses abandonavam o campo, procurando outras ocupações, entre elas a “bandidagem”. Neste período, o Império já havia cessado sua expansão e já não conseguia mais contar com as riquezas obtidas com as conquistas militares.

Até este período, o valor das moedas era definido pelo valor do metal que elas eram cunhadas. Com a crise, a qualidade da moeda era rebaixada, com a inclusão de metais inferiores, sem que seu valor fosse reduzido. Durante o governo de Nero, foram emitidos denários de prata com pureza de 90%, Marco Aurélio emitiu os mesmos com 75% e Septimo Severo com 50%. Os preços também variavam, principalmente pela falta do produto e isso gerava inflação.

Em 306 Constantino assume o poder do Império Romano e, no campo econômico, com o objetivo de controlar a inflação, cria uma nova moeda de ouro, o *solidus*, diminuindo o peso da moeda anterior, o *aureus*. A primeira cunhagem data de 310 e conseguiu estabilizar rapidamente o sistema monetário (DEYPOYROT, 1987). O *solidus* só circulava entre a elite político-econômica (incluindo os soldados), e não entre as classes mais baixas que continuavam utilizando moedas de bronze, cobre ou prata (CARLAN, 2007). Até hoje o termo *soldo*, derivado do *solidus*, é designado como pagamento aos soldados (aqueles que recebem o *soldo*). Apesar de uma estabilidade momentânea, a crise não foi controlada. Houve necessidade de aumentos expressivos de impostos que, por sua vez, provocaram grandes revoltas. A crise, juntamente com as revoltas, contribuiu de forma importante para o fim do Império Romano.

2.2.2 Primórdios da Idade Média

Mensurar o esforço financeiro envolvido em uma guerra envolve a logística de suprimentos e movimentação das tropas e também os custos para remuneração dos

combatentes. As informações relativas à Idade Média são muito imprecisas neste aspecto. Jestice (2012) cita que até os séculos XIII e XVI, a estimativa de tamanho dos exércitos em determinada batalha tem como fonte mais confiável a análise dos livros contábeis das realezas, onde constam os pagamentos específicos às tropas. Diz ainda que, em geral, os historiadores de guerra argumentam que os exércitos antes do século XI devem ter sido pequenos, justamente por questões de logística. Os primeiros combatentes medievais providenciavam suas próprias armas e alimentos, mas mesmo assim, permanecia a dificuldade de transportar grande quantidade de provisões e armas por longas distâncias. Uma das formas mais utilizadas era a pilhagem dos recursos do local de forma que não houvesse a necessidade de transporte de grandes volumes por longas distâncias. A dificuldade de logística, associada à necessidade de consumir os recursos disponíveis no caminho da tropa levaram os carolíngios a, no final do século VIII, transferir de março para maio a época do ano reservada aos combates.

Neste período, conforme descreve Tácito no início do século II d.C., a sociedade germânica era dominada pela guerra. Todos os homens livres carregavam armas e ocupavam seu lugar na frente de batalha. Porém, nem todos eram igualmente úteis para o combate, uma vez que o homem livre mediano era pobre e com pouco acesso a metais. Havia também os vassalos dos senhores importantes. Eram praticamente militares profissionais. Além de muito melhor armados e preparados para o combate possuíam cavalos o que lhes dava maior mobilidade. Eram homens que não tinham profissão, além de lutar.

Citando o reinado do imperador Carlos Magno (768-814) como um divisor de águas nesta matéria, Jestice (2012) mostra que, em 807, Carlos Magno determinou que cada três mansi⁴ (mais tarde quatro) de terras cultivadas deveriam fornecer um

⁴ Mansi é o plural de manso ou Manso Servil.

O território dos feudos era dividido, normalmente, em três partes: o domínio, terra comum e manso servil. O domínio é a parte da terra reservada exclusivamente ao senhor feudal e trabalhada pelo servo. A produção deste território destina-se apenas ao senhor feudal. Normalmente o servo trabalha para o senhor feudal, nessa porção de terra ou mesmo no castelo, por um período de 3 dias, sendo essa obrigação denominada corvéia. Terra comum é a parte da terra de uso comum. Matas e pastos que podem ser utilizadas tanto pelo senhor feudal como pelos servos. É o local de onde se retira a lenha ou madeira para as construções, e onde pastam os animais.

Manso servil era a parte destinada aos servos. O manso é dividido em lotes (glebas) e cada servo tem direito a um lote. Em vários feudos o lote que cabe a um servo não é contínuo, ou seja, a terra de vários servos são subdivididas e umas intercaladas nas outras. De toda a produção do servo em seu lote, metade da produção destina-se ao senhor feudal, caracterizando uma obrigação denominada talha.

homem bem equipado para o combate. Era esperado que o dono desta unidade se apresentasse pessoalmente para combater. As requisições de Carlos Magno não abrangiam todo seu território, algumas vezes apenas combatentes de regiões mais próximas ao combate eram convocados para o serviço militar. Estes combatentes não recebiam remuneração pelo combate. Com o passar do tempo, se tornou costume dar terras (feudos) aos vassallos que combatiam, possibilitando que pudessem se equipar nas terras conquistadas. Estes homens se tornaram um tipo de nobreza privilegiada, os “cavaleiros”, surgidos nos séculos X e XI.

Jestice (2012) cita novamente Carlos Magno quando fala de estrutura para guerra. Relatos mostram que em duas batalhas (cercos a Pavia – 773 e cerco a Barcelona – 802) ele contava com recursos militares significativos, tais como equipamentos pesados de sítio e comboios maciços de suprimentos. Pela capacidade limitada para proporcionar apoio logístico às tropas, Carlos Magno normalmente exigia que suas tropas abastecessem a si próprias, levando carroças com provisões para três meses quando convocadas para uma campanha. E o desejo de lutar dos francos dependia, em grande parte, das ricas recompensas de uma campanha bem sucedida. Em última análise, Carlos Magno acabou vítima de seu próprio sucesso quando não haviam mais inimigos rentáveis deixando para seus herdeiros um Estado resultante das conquistas a partir das guerras, sem instituições fortes.

Ao contrário dos países da Europa Ocidental, o Império Bizantino empregava um grande número de mercenários, incluindo, após 986, a famosa Guarda Varangiana⁵, composta de bárbaros no norte e do oeste que lutavam lealmente por seus empregadores. O padrão de quem normalmente combateria ficou bem definido por volta do ano 1000. Embora os governantes ocidentais tivessem sempre utilizado mercenários e o número destes aumentasse conforme maior fosse a riqueza de um governante, a maioria dos exércitos consistia em uma força semiprofissional de nobres e bandos de seus vassallos.

⁵ Grupo de guerreiros varegues, de origem viking, encarregados de fazer a guarda pessoal do imperador do Império Bizantino. Teriam sido enviados em 988 pelo czar Vladimir I de Kiev ao imperador Basílio II Bulgar. Disponível em <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=295>>. Acessado em 22 de março de 2015.

2.2.3 Século XI

O século XI foi de expansão para a Europa. A guerra deixa de ser uma guerra de incursões e passa a ser uma guerra de conquistas territoriais. Durante este século, se destacam os cavaleiros. Diferente da imagem de jovens cortesões, aristocratas, duelando em torneios para ganhar a mão de suas donzelas, os primeiros cavaleiros estavam bem distantes desta imagem, eram cavalários pesadamente armados. Seus equipamentos eram proibitivamente caros. Eram homens com anos de treinamento e que faziam do combate sua principal ocupação. Os cavaleiros surgiram de duas maneiras: um rico senhor de terras equipava a si mesmo como cavalário pesado ou teria de equipar seus seguidores militares. Esses seguidores poderiam ser filhos mais jovens, sem terra, de um senhor de terras importante, que talvez recebessem equipamentos e mais nada antes de seguir para o combate.

Muitas vezes, porém, um senhor escolhia camponeses promissores, com boa musculatura e os alistava, criando uma classe de servos soldados que não eram diferentes dos escravos soldados das sociedades muçulmanas daquela época. O próprio termo para cavaleiro em inglês, Knight, se baseia na palavra anglo-saxã para servo (*cniht*). Autores dos séculos X e XI chamavam estes homens apenas de *militēs* (soldados), que viviam uma existência bastante precária, comendo à mesa de seu senhor, dormindo em seu salão e contando com presentes ocasionais ou despojos de guerra para seguirem em frente.

Os mais afortunados recebiam um *fief*, ou feudo, de seu senhor, uma doação de terras suficientes para que o cavaleiro se equipasse para a guerra, o que muitas vezes era a coisa mais simples de se fazer em uma Europa cuja economia era de subsistência. No total, estima-se que um cavaleiro do século XI precisasse de renda proveniente de doze fazendas camponesas para pagar por seus cavalos e armas e esse preço subiu quando as armaduras se tornaram mais elaboradas nos séculos seguintes. Provavelmente, muito da ideia que se tem dos exércitos de cavaleiros medievais está calcado no sistema feudal – a concessão de feudos em troca de um serviço militar cuidadosamente definido. Aqueles que receberam feudos foram protagonistas das histórias de sucesso da época, sendo que muitos outros recebiam apenas um feudo em dinheiro, tornando-se, de fato, empregados assalariados de seus senhores. Aparentemente, cavaleiros no desempenho de seu serviço feudal não constituíam a maioria de nenhum exército, mesmo no século XI. O limite

tradicional de 40 dias de serviço na maioria das áreas e a qualidade dos lutadores oriundos de uma convocação feudal levaram os governantes a buscarem formas de pagar as tropas de sua escolha em números que desejassem e na proporção de combatentes montados e infantas que considerassem necessário para cada situação.

Segundo Jestice (2012), a Primeira Cruzada, por ter acontecido nos anos de 1096 a 1099, fornece um cartilha do que eram as capacidades militares da Europa no final do século XI. Um exame mais de perto mostra que os exércitos da Primeira Cruzada, quando bem liderados por nobre principais, constituíam uma força militar incrivelmente bem treinada e coesa, com liderança e apoio logístico surpreendentemente sofisticado.

Sem as evoluções no transporte ocorridas no século XI, a cruzada jamais teria sucesso. De fato, alguns cruzados partiram sem os aprovisionamentos adequados: a chamada Cruzada Popular se abasteceu de saques em seu caminho através da Hungria e os cruzados alemães, liderados por Emicho de Leiningen roubavam mantimentos enquanto massacravam grande parte da população judaica da Renânia. Em contrapartida, grandes senhores como o duque Godofredo da Baixa Lotaríngia, o duque Roberto da Normandia ou o príncipe normando italiano Boemundo de Taranto compravam materiais de antemão, cuidaram para que houvesse mercados em sua rota e, inteligentemente se muniram de dinheiro e bens para uma expedição que, sabidamente, duraria vários anos.

2.2.4 Século XII

Segundo Jestice (2012),

Em grande parte por causa dos desafios especiais da guerra de cerco, tornou-se cada vez mais comum no século XII a contratação de uma infantaria treinada, em vez de ser feita uma convocação geral de homens, frequentemente mal equipados e disponíveis apenas para um serviço limitado. Essa prática, é claro, pressionava ainda mais os sistemas governamentais, que nunca haviam sido preparados para suportar esses custos.

Neste período, os cavaleiros se tornaram o ramo de elite dos exércitos. Sua situação social se elevou na maioria das regiões, embora a Alemanha continuasse a ter um grande número de “cavaleiros servos” e a Espanha contasse com vários cavaleiros camponeses, equipados como servos militares por seus senhores, mas ainda

considerados como membros da classe mais baixa. Na França e na Inglaterra o status de cavaleiro se tornara majoritariamente hereditário. Em toda Europa, de forma geral, o cavaleiro se tornaria nobre e, com maior disponibilidade de recursos materiais bem como a evolução das formas de produção, os cavaleiros se tornaram muito bem equipados e mais difíceis de vencer.

Em resposta à ameaça crescente da cavalaria, os comandantes investiram cada vez mais numa infantaria mais bem treinada e equipada. Isso, por sua vez, ajuda a explicar por que os governantes do século XII empregavam cada vez mais soldados mercenários. Mesmo os governantes tendo direito à convocação ao serviço militar, o efetivo disponível não era o necessário, não era treinado nem bem armado e o período de disponibilidade (normalmente 40 dias por ano) não era suficiente. Na segunda metade do século XII grande parte da força militar vinha da companhia de mercenários. Os empregadores geralmente podiam controlar mercenários pagos e ativamente engajados. No entanto, durante a temporada de tranquilidade ou quando os empregadores ficavam sem dinheiro (o que era frequente), os mercenários se tornavam uma ameaça. Frequentemente os empregadores não conseguiam controlar seus disciplinados empregados e companhias de mercenários vagavam pelo interior da Europa, praticando saques e estupros.

Neste século, na sequência da Primeira Cruzada, surgiram as ordens militares religiosas, cujos membros faziam votos permanentes, no estilo monástico, sendo que, ao contrário dos monges, carregavam armas. A primeira ordem foi a Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão (os Cavaleiros Templários), que permaneceram na Terra Santa para guardar as estradas e locais de peregrinação. Logo depois, surgiram os Cavaleiros Hospitalários, várias ordens na Espanha e diversas no Báltico, que acabaram absorvidas pelos Cavaleiros Teutônicos. Todas deram solução para dois grandes problemas militares dos séculos XII e XIII: como produzir uma força militar permanente absolutamente profissional e como financiá-la. A chave foi a forte motivação religiosa por trás das organizações.

Os europeus que não podiam se juntar às ordens poderiam, pelo menos, ganhar méritos por apoiar uma empresa santa. Todas as ordens logo formaram uma complexa infraestrutura de terras e privilégios recebidos dos fiéis cristãos, infraestrutura essa administrada para canalizar dinheiro e suprimentos para os guerreiros das ordens nas fronteiras da cristandade.

2.2.5 Século XIII

Este foi um século marcado pelo aumento na escala de enfrentamentos militares. Os exércitos vinham aumentando e guerras que duravam vários anos se tornaram mais comuns. Antes deste período, guerras com estas características estavam muito além dos recursos financeiros e militares dos Estados europeus, no entanto, a economia da Europa estava crescendo e graças a burocracias em desenvolvimento, os reis eram cada vez mais capazes de desviar verbas para seus próprios projetos, com a guerra no topo da sua lista de interesses. Ao final do século, as revoltas contra as extorsões reais estavam se tornando endêmicas, conforme as despesas com a guerra superavam em muito a capacidade dos reis de pagá-las. As pessoas ainda podiam fazer fortuna no campo de batalha, mas o alto custo da guerra significava que, para um governo, o lucro se tornara muito raro.

Neste século ocorreram diversas cruzadas de cunho religioso, bancadas pelo Estado Papal, em que os cruzados recebiam apenas indulgências (perdão dos pecados). Houve diversas batalhas pelo controle do Mediterrâneo. A guerra no mar era muito cruel. Depois de abordar e derrotar um navio pouco se tinha a fazer com sua tripulação a não ser mata-los e jogá-los ao mar. Além de cruel, eram também muito caras. Os Estados operavam com recursos relativamente limitados e, sendo assim, era preciso cobrar impostos especiais para custear os navios e pagar suas tripulações.

Por mais agradável que seja imaginar que os nobres cavaleiros lutavam pelos seus senhores e sua honra, a realidade é que os exércitos do século XIII confiavam cada vez menos nas obrigações feudais. Mesmo em 1202 - 1203, Felipe Augusto manteve um exército não feudal durante todo o ano, sendo que a maioria do serviço feudal foi transformada em um imposto militar.

As guerras do século XIII levaram Estados em toda Europa a um ponto máximo de tensão econômica. Ao final do século, a situação pode ser razoavelmente descrita como uma corrida armamentista europeia. Os Estados tinham de acompanhar seus vizinhos em termos de escala e tamanho dos seus exércitos, técnicas de construção de castelos, navios e máquinas de sítio ou sofrer as consequências. Comandantes foram rápidos em adotar inovações militares, como a construção de castelos

sofisticados, com muralhas externas e torres redondas, como Eduardo fez no País de Gales.

2.2.6 Século XIV

A guerra europeia experimentou uma rápida mudança no século XIV. Em particular, a Guerra dos Cem Anos entre a França e a Inglaterra provou ser um laboratório para as inovações militares, já que os dois países lutaram por uma predominância que nenhum deles poderia realmente financiar. Este século foi aclamado como a era da “Revolução da Infantaria”, onde os soldados comuns adotaram técnicas para subjugar a cavalaria pesada.

Flandres mostrou o caminho para a criação de forças de infantaria que pudessem derrotar homens a cavalo fortemente armados. Para defender seus direitos, cidades como Bruges e Gent, formaram milícias de cidadãos, principalmente de infantaria. Os milicianos urbanos eram bem equipados e organizados por profissão ou distrito, além de usarem uniformes, fomentando um elevado espírito de corporação.

Por volta do século XIV, os governantes da França e da Inglaterra já tinham uma noção muito sofisticada da guerra, baseada na leitura feita por seus assessores da história romana antiga, os esforços extraordinários dos cruzados europeus e em seu próprio senso do que era devido a um rei. Nessa época, os reis normalmente custeavam a maior parte de seus exércitos, equipavam frotas e compravam máquinas de cerco dispendiosas, incluindo primitivos canhões. Mas as burocracias estatais não contavam com mecanismos de cobrança de impostos muito eficazes e, além do fato de a maioria da Europa ter, na época, uma economia de subsistência, o início do século XIV foi um período de fome disseminada em toda a Europa, conforme o clima passou a mergulhar na chamada Pequena Idade do Gelo.

Como resultado, muitos reis que tentavam levantar fundos de guerra acabaram frustrados e falidos, embora continuassem a gastar demais, planejando guerras em grande escala e culpando seus assessores pela falta de fundos para guerra que, insistiam os reis, deveriam estar disponíveis. Em 1340, ambos os lados acordaram uma trégua porque as condições de combate eram desfavoráveis aos dois lados, não havia mais dinheiro sem que nada obtivessem.

O emprego de grandes grupos de mercenários, que operavam com seus próprios comandantes, tornou-se cada vez mais comum no século XIV. Sua utilidade militar

não estava em questão. Companhias de mercenários prestavam serviços de apoio especializados, tais como os de engenheiros que construíam e operavam equipamentos de cerco, ou besteiros qualificados serviram os franceses em grande número. Os governantes europeus pareciam surpreendentemente indiferentes às despesas no que dizia respeito ao planejamento militar, porém, mesmo assim, mercenários eram pagos apenas no decorrer de uma campanha e devem ter parecido uma pechincha quando comparados a um exército permanente, que precisaria ser bancado durante todo o ano. Mas ninguém sabia realmente o que fazer com mercenários ociosos, homens armados e treinados para matar e que não tinham outra atividade.

Uma vez que eram soldados profissionais em tempo integral, o exército com mais e melhores mercenários tenderia a sair vencedor. Por exemplo, a vitória de Hawkwood, em 1387, foi um modelo de profissionalismo militar em nome de seu empregador, a cidade de Pádua. Seu exército, formado em grande parte por mercenários, consistia em aproximadamente 7.000 cavaleiros e 1.000 infantes que combateram um exército muito maior de 9.000 cavaleiros, 2.600 lanceiros e besteiros e uma grande força de milicianos destreinados.

2.2.7 Século XV

Neste século continuaram a se desenvolver tendências dos séculos anteriores, de exércitos cada vez maiores e mais dispendiosos para os Estados. As batalhas se tornaram mais sangrentas, não só pelos avanços dos armamentos, mas também por que o exército ficava cada vez mais profissional e os soldados eram incentivados a fazer o trabalho “completo”.

Este período viu também o declínio das ordens militares religiosas. Os Cavaleiros Templários foram dissolvidos no início do século. Na Espanha, as ordens militares se tornaram clubes meramente honorários para a nobreza. Os Cavaleiros Teutônicos e os Hospitalários ainda resistem, mas com extrema dificuldade.

O século XV na Itália foi a grande época dos *condotieri*, capitães mercenários que assinavam um contrato (*condotta*) para fornecerem tropas para seus empregadores. Muitos *condotieri* foram agraciados com feudos pelas cidades que os contratavam, na tentativa (muitas vezes vã) de assegurar sua lealdade. No decorrer do século, um número surpreendente desses líderes mercenários se tornou governante das

idades que protegiam, por meios honestos ou não. Assim, tiveram que defender seus ganhos contra outros candidatos a governantes, estando dispostos a tentar todos os meios para expandir seus novos territórios, em um ciclo de violência que envolveu a maior parte da península.

Os exércitos mais inovadores da Europa no século XV foram os dos sultões turcos otomanos, uma vez que a Turquia se estabelecera como potência europeia no final do século XIV. Murad I (1421-1444, 1446-1451) era amparado por recursos de um estado forte, inovador em treinamento e disciplina militar e no uso da tecnologia da pólvora. Murad foi especialmente notável pela criação de um corpo de infantaria de elite, os janízaros. Essa força consistia em meninos levados como tributo das terras cristãs que Murad governou. As crianças eram retiradas de suas famílias, convertidas ao Islã e educadas sob um regime de severa disciplina.

Tecnicamente escravos, os janízaros adultos formavam uma elite privilegiada que, todavia, era completamente dependente do sultão, sendo equipados com as últimas invenções militares, incluindo granadas e armas de fogo portáteis. A corporação se orgulhava de sua coesão como força de combate, que incluía uniformes combinando e mesmo músicas de marchas especiais. Os janízaros formaram o primeiro exército permanente da Europa desde a Roma antiga.

Carlos VII da França instituiu reformas no exército em 1439 e 1445. Estabeleceu 15 companhias, cada uma composta de 100 “lanças” de seis homens. Um capitão nomeado pela Coroa comandava cada companhia. O rei Carlos proibiu qualquer outro de seus súditos de arregimentar tropas e, então, contava com uma força de combate eficaz, o primeiro exército cristão permanente na Europa, para fazer cumprir seu decreto.

Em 1448, Carlos passou a organizar um sistema de milícia francesa. Conforme esse sistema, cada região era obrigada a fornecer um determinado número de soldados treinados, proporcional ao número de famílias. Esses milicianos deveriam treinar regularmente, utilizando equipamentos fornecidos pela comunidade local. O sistema poderia fornecer até 8.000 soldados de infantaria, incluindo arqueiros, lanceiros, artilheiros de mão e, especialmente besteiros, os preferidos dos franceses. O sistema de milícias foi uma tentativa séria de angariar tropas que pudessem lutar tão bem quanto mercenários treinados por uma fração de seu custo.

2.3 FINANCIAMENTO DA GUERRA

Em se tratando de Segunda Guerra Mundial, devemos começar falando pelos “Bônus de Guerra” e pelas “Obrigações de Guerra”. São títulos públicos representativos de um empréstimo feito pelo governo à população, sob a forma de subscrição compulsória e/ou voluntária, com a finalidade principal a econômica, para o financiamento do custo com o aparelhamento, recrutamento e treinamento de tropas para um conflito armado e controlar a inflação advinda por este, e secundária, a política, buscando sensibilizar a população para o objetivo político a ser alcançado pelo governo com o conflito. Vários países emitiram Bônus de Guerra durante a Segunda Guerra Mundial. Porém, o mais representativo e de onde encontramos vasta literatura são os Estados Unidos. O Brasil também lançou Bônus de Guerra. Vamos falar um pouco mais detalhadamente sobre os Estados Unidos e Brasil e, mais superficialmente sobre outros países.

2.3.1 Estados Unidos

Os *War Bonds*, bônus de guerra americanos, tiveram origem em 1935 com os *United States Saving Bonds* que eram certificados, emitidos pelo Tesouro. O primeiro *US Saving Bond*, série A, foi lançado em 1935 como um título de desconto, com calendário fixo de reembolso dos valores, duração de 10 anos e remunerado na forma de valor de compra mais uma taxa adicional semestral de 2,9% (excelente para a época). Eram nominais, não negociáveis entre os compradores e, por isso, poderiam ser facilmente substituídos em caso de perda, roubo ou dano, já que eram certificados feitos de papel. Seus preços variavam de US\$ 25,00 a US\$1.000,00 e, pelo baixo valor inicial, foram apelidados de *baby bonds*, tornando-se uma forma simples de investimento a taxas atrativas. O principal objetivo dos *US Saving Bonds* era cobrir, de forma rápida, o déficit da economia provocado pela alta taxa de desempregados. Segundo o United States Department of Treasury (1991), os títulos se tornaram tão populares que nos seis anos de circulação e venda, segundo o valor arrecadado estimado foi de US\$ 4 bilhões.

Entre 1939 e 1940, com a guerra já ocorrendo na Europa, os preparativos para defesa dos Estados Unidos tiveram início. O país se encontrava dividido entre envolver-se militarmente ou não no conflito, mas já era clara a necessidade de

modernizar sua capacidade defensiva e de apoiar as nações amigas combatentes com suprimentos e equipamentos. As fábricas começaram a aumentar suas atividades, usando o grande número de trabalhadores desempregados. Em 1941 o déficit público aumentava rapidamente. O risco do aumento da inflação dos preços era alto na medida em que muito do dinheiro investido na economia ia para os esforços de defesa, diminuindo investimentos nos bens de consumo da população. Começou a surgir então a necessidade de criação de fundos para captar reservas para o futuro de forma a reduzir a pressão inflacionária neste período crítico. Neste momento, os Estados Unidos ainda não estavam em guerra.

Não dava mais para esperar. Em 30 de abril de 1941, o Presidente Roosevelt anuncia ao público o novo *Defense Saving Bond* (serie E), evocando todos os cidadãos a se unir no esforço, numa “grande parceria” para ajudar a financiar os esforços do governo na defesa do país. No dia seguinte, primeiro de Maio, o secretário do Tesouro, Morgenthau, foi o primeiro cidadão a comprar um *Defense Saving Bond*. Estes bônus pagavam 75% do valor de face mais uma taxa semestral de 2,9%, com duração de 10 anos. Foram lançados bônus de US\$25,00, US\$50,00, US\$100,00, US\$500,00 e US\$1.000,00. Somente eram vendidos em nome de uma pessoa física, em nome de duas pessoas físicas (co-proprietários) ou em nome de uma pessoa física para ser paga, após sua morte, para outra pessoa física. Não podiam ser vendidos ou trocados com outras pessoas. Foram criados também os bônus séries F e G para investidores de todo os outros tipos, exceto bancos.

Em 1936 foi criado o *Defense Saving Staff*, órgão do governo americano com o objetivo de “promover a venda dos *Defense Saving Bonds*, e outros papéis similares oferecidos ao público”. A necessidade do governo americano era vender a maior quantidade possível de bônus, por isso, solicitou o apoio do sistema bancário que passou a vender também os bônus como forma de contribuir para o esforço de defesa do país.

Em dezembro de 1941, com o ataque japonês a Pearl Harbor, os Estados Unidos decretaram guerra ao Japão e os *Defense Saving Bonds* passaram a se chamar **War Bonds** e o *Defense Saving Staff*, se tornou **War Saving Staff**. Com isso, houve uma corrida aos agora War Bonds. A população se juntou ao projeto de forma grandiosa. Artistas, empresas, jornais, revistas, todos passaram a fazer intensa propaganda dos War Bonds. Em 1944, caso todo o esforço de propaganda para venda dos War Bonds fosse contabilizado, o custo giraria por volta de US\$ 250

milhões. São muito comuns os posters com os dizeres “Buy War Bonds”, que ficaram famosos durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1945, segundo o United States Department of Treasury (1991), o Tesouro americano estimava que haviam sido vendidos por volta de 25 milhões de bônus de guerra.

Os War Bonds americanos foram de aquisição voluntária. Todo o esforço de propaganda surtiu o efeito desejado mas, havia um plano B? E se os bônus não fossem vendidos na quantidade desejada pelo Tesouro, poderia haver o lançamento de outros bônus compulsórios? O relatório do US Department of Treasury (1991) cita uma possível iniciativa neste aspecto mas que foi imediatamente rejeitada em função da aceitação popular.

De acordo com relatório do US Department of Treasury, de Maio de 1941 a dezembro de 1945 foram arrecadados mais de US\$ 54 bilhões em “War Saving Bonds”, sendo que os bônus série E, sozinhos, foram responsáveis por mais de US\$ 33,7 bilhões. Este foi um fator chave para o bem sucedido financiamento americano para a Segunda Guerra Mundial e por manter a pressão inflacionária sob controle. Esta arrecadação foi, sem dúvida, uma das razões para que os americanos, junto com o restante dos aliados, vencesse a guerra.

2.3.2 Brasil

O Brasil, de forma inédita na sua história, recorreu ao lançamento de Obrigações de Guerra para o financiamento das suas operações militares durante a Segunda Guerra Mundial. Através do Decreto Lei nº 4.789 de 05 de outubro de 1942, o presidente Getúlio Vargas autoriza o Ministério de Negócios da Fazenda a emitir títulos públicos, chamados de “Obrigações de Guerra”, num valor máximo de três milhões de contos de réis (3.000.000:000\$0), com juros de 6% ao ano pagáveis semestralmente. Foram autorizadas obrigações nos valores de 100\$0, 200\$0, 500\$0, 1:000\$0 e 5:000\$0. Estes títulos teriam o objetivo de fazer face às despesas extraordinárias com Segurança Nacional em função da guerra. Ficou definido que o resgate seria fixado somente após a assinatura da paz.

Diferente do que ocorreu nos Estados Unidos, as Obrigações de Guerra eram compulsórias. Diziam os art. 5º, 6º e 7º do Decreto Lei:

Art. 5º A partir de janeiro de 1943, todos os contribuintes do imposto de renda recolherão uma importância igual ao imposto a que estiveram

sujeitos, no último exercício, para subscrição compulsória de Obrigações de Guerra (...)

Art. 6º A partir de janeiro de 1943, os patrões ou empregadores ficarão obrigados ao recolhimento compulsório, mês a mês, nos institutos e caixas de aposentadoria e pensões respectivos, de importância igual a três por cento (3 %) do montante dos salários ou ordenados ou comissões que tiverem de pagar aos associados desses institutos, cabendo-lhes descontar essa percentagem dos ordenados ou salários de seus empregados, que receberão importância igual em Obrigações de Guerra, no fim de cada semestre.

Art. 7º A partir de janeiro de 1943, os funcionários públicos e extranumerários, contratados, mensalistas, diaristas e tarefeiros, federais, estaduais e municipais, receberão, igualmente, três por cento (3 %) de sua remuneração ou vencimentos em Obrigações de Guerra, mediante desconto em folha, cabendo à respectiva repartição remeter à Caixa de Amortização as listas para a emissão competente.

No dia 29 de abril de 1944, é assinado mais o Decreto Lei nº 6.455 que também trata das Obrigações de Guerra. Este decreto apresenta algumas isenções, define como sendo contribuições para o “Fundo de Guerra” os recolhimentos forem frações do valor de um título e trata especificamente dos itens referentes à tributação do Imposto de Renda sobre as Obrigações de Guerra. Passa a ser permitida a venda de Obrigações de Guerra mediante a utilização e selos especiais, os chamados “Selos de Guerra” que são apostos em formulários próprios até que se complete o valor de um título, sendo assim trocados por uma Obrigação de Guerra.

O Decreto Lei nº 6.516 de 22 de maio de 1944 eleva o limite de emissões das obrigações de guerra para seis bilhões de cruzeiros (Cr\$ 6.000.000.000,00). Novamente há um acréscimo do limite de emissões no Decreto Lei 7.113 de 4 de dezembro de 1944. A subscrição compulsória de Obrigações de Guerra foi suspensa pelo Decreto Lei nº 9.138 de 5 de abril de 1946.

A partir de análises dos relatórios “Balanço da Receita e Despesa do Imperio” dos anos de 1943 a 1946 (relativas aos calendários 1942 a 1945), foi possível contabilizar o total arrecadado pelo Ministério dos Negócios e da Fazenda com as Obrigações e com o Fundo de Guerra:

Tabela 1 – Totais arrecadados com as Obrigações e Fundos de Guerra

Ano	Total Arrecadado (Cr\$)	
	Obrigações de Guerra	Fundos de Guerra
1942	189.343.400,00	0,00
1943	1.336.521.882,90	456.160,30

1944	1.234.481.475,30	416.773,10
1945	1.547.841.064,60	555.399,60
Total	4.308.187.822,80	1.428.333,00

Fonte: compilação dos "Balanços da Receita e Despesa" do Império dos anos de 1943 a 1946

Foram arrecadados pouco mais de Cr\$ 4,3 bilhões nos 4 anos de captação das Obrigações de Guerra. Como referência de valores para a época, segundo o Anuário Estatístico do Brasil de 1946, o total das Rendas Tributárias Arrecadadas pela União, Estados e Municípios brasileiros em 1941 (último ano antes do início da captação das Obrigações de Guerra) foi de Cr\$ 5,9 bilhões. A captação de dinheiro gerada pelas Obrigações de Guerra foi o equivalente a aproximadamente 73% de todas as rendas arrecadadas em um ano no país, um número bastante significativo.

2.4 ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA MILITAR ALIADA

A gestão eficaz e eficiente dos recursos disponíveis - homens, dinheiro e materiais - é de suma importância para o bem-estar econômico de qualquer empresa, indústria ou país. Sendo importante em tempos de paz, onde as condições são mais controladas, torna-se vital para a sobrevivência de um país em tempos de guerra. Com isso, torna-se muito importante estabelecer um eficiente controle monetário durante o período da guerra. Poucos países tinham experiência neste tipo de controle em situação tão crítica como a Segunda Guerra Mundial.

A preparação para um eficaz controle monetário nas áreas ocupadas ou libertas é de fundamental importância para o sucesso do trabalho das forças de ocupação. A falta de controle e coordenação entre as autoridades militares e civis pode ter um efeito devastador sobre o planejamento de conversão de moeda, destinado a impedir o surgimento de inflação, corrigir deficiências de orçamento e no confisco de grandes montantes de dinheiro, de legalidade questionável, das mãos da população, que podem ter sido obtidos pela colaboração com o inimigo ou por meio de operações no mercado negro.

Neste aspecto, é importante destacar que as operações no mercado negro nos anos finais da Segunda Guerra Mundial e nos anos subsequentes foram especialmente prejudiciais para as economias locais da mesma forma que o excesso de inflação é considerado como uma grande ameaça nos dias de hoje.

As operações no mercado negro na Alemanha cresceram após o final da guerra e enormes lucros foram obtidos. Isso, juntamente com os privilégios de remessas de dinheiro dos americanos que ficaram na Alemanha, acarretou sérios problemas ao Tesouro americano que foi obrigado a intervir tomando medidas corretivas. A prática da emissão de dinheiro de ocupação e a falsificação de dinheiro dos países inimigos têm muitos precedentes na história. Uma grande variedade de tipos de dinheiro foi utilizada no apoio às operações militares ao longo dos séculos. Por volta de 1122, durante o cerco de Tíre, Doge Micheli pagou suas tropas em dinheiro de couro, prometendo conversão em moeda normal após o retorno de seu exército a Veneza. Os britânicos recorreram à falsificação do dinheiro inimigo durante a Revolução Americana. Napoleão, do mesmo modo, recorreu à falsificação de dinheiro inimigo durante suas campanhas austríacas e russas. Os franceses concluíram a impressão de algumas notas do Reichsbank que estavam em andamento e, posteriormente, as emitiu quando ocuparam o Ruhr, em 1923.

Durante a Guerra dos Sete Semanas entre a Prússia e Áustria, Baviera, Saxônia, Hanover e certos estados alemães menores em 1866, recibos de bens requisitados eram comumente usados como moeda de curso legal; uma prática semelhante foi usada pelos alemães durante a Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871. Os britânicos ainda foram um pouco mais longe e fizeram recibos contra tal material facilmente negociável durante a Guerra Boer de 1899-1902. Durante a Guerra Russo-Japonesa de 1905, os japoneses emitiram dinheiro especial de ocupação na Coreia e Manchúria. A aceitação generalizada do dinheiro nessas áreas foi incentivada pelas autoridades japonesas às autoridades chinesas civis locais. Os alemães e os austríacos emitiram dinheiro de ocupação durante a Primeira Guerra Mundial, como fizeram os ingleses na sua ocupação de Archangel durante e após a mesma guerra.

Em relação aos mecanismos de controle monetário alemães durante a Segunda Guerra Mundial, não havia qualquer diferença entre zonas liberas e áreas inimigas ocupadas quando se tratava de objetivos financeiros. Em ambos os casos, liberando território aliado ou ocupando território inimigo, o objetivo era o mesmo: garantir a disponibilidade de dinheiro e de crédito exigido pelas forças invasoras. Em todos os casos, era mais desejável obter acesso imediato ao Tesouro ou ao Banco Central do território envolvido do que tentar assegurar, através de acordos com os aliados ou

com as forças do território ocupado, os desejados recursos financeiros para manutenção da ocupação.

As autoridades alemãs, com seu típico rigor e atenção aos detalhes, antecipavam o problema do controle de moeda nas áreas que seriam ocupadas por suas forças no início de suas ações. Eles agiam de forma a facilitar a pronta obtenção dos valores necessários de dinheiro e crédito para apoiar as forças.

Os alemães utilizaram com sucesso e em grande escala várias moedas de ocupação durante a Segunda Guerra Mundial. Após entrar em uma área a moeda inicialmente utilizada pelos alemães, na maioria dos casos, era Reichskreditkasse Mark, uma moeda de papel impressa em alemão e expressa em unidades monetárias alemãs. Esta moeda circulava concomitantemente com a moeda nacional a taxas de câmbio pré-definidas. Ambas as moedas tinham a chancela de curso legal.

O Reichskreditkasse Mark alemão, no entanto, não era de curso legal dentro da Alemanha. Seu uso era geralmente uma medida temporária e, quando as condições locais permitissem, a Reichskreditkasse Mark era retirada de circulação em favor de um tipo de moeda mais familiar e, portanto, mais aceitável, para a população local. Em alguns casos, como na Dinamarca e na França, a moeda usada era a própria moeda local emitida pelo governo pré-ocupação e reeditada pelo governo nazista do território ocupado.

Em outros casos ainda uma nova moeda expressa em unidades da moeda pré-ocupação foi emitida e utilizada ou uma moeda inteiramente nova expressa em uma nova unidade foi emitida e utilizada. Nas regiões efetivamente incorporadas ao Reich, a moeda alemã de circulação normal da época substituiu tanto o Reichskreditkasse Mark quanto a moeda local.

Devido à preparação prévia para controlar os recursos das nações vítimas do seu exército, os alemães foram muito mais hábeis nos esforços de controle de moeda do que os aliados. Este foi o caso da ocupação alemã de países como Noruega, Bélgica, Holanda, França e Dinamarca. Tendo adquirido o controle do Banco Central ou do Tesouro desses países, os alemães eram capazes de tomar medidas mais rapidamente visando substituir o dinheiro provisório que tinham emitido por dinheiro mais familiar e aceitável para as populações locais.

Os Aliados não estavam tão preparados como os alemães a este respeito. O caminho para Roma e Berlim mostrou que o trabalho não seria simples e isso ajudou

a complicar a situação no longo prazo. No entanto, havia uma diferença prática entre os domínios libertos e áreas inimigas ocupadas pelo ponto de vista dos aliados. Os aliados estavam razoavelmente seguros, com base em experiências na África do Norte e na Sicília, que os alemães, quando em retirada, iriam adotar políticas monetárias destinadas a interromper os negócios locais visando dificultar o avanço aliado. Para agravar ainda mais as dificuldades em manter a ordem pública, os alemães em retirada usaram o que pareciam ser ações opostas na Tunísia e Sicília. Na Tunísia, os alemães fizeram circular grandes quantidades de cédulas do Banco de Prance, aumentaram várias vezes nos níveis salariais para determinadas classes de funcionários, patrocinaram o mercado negro local aberta e livremente e pagaram colaboracionistas generosamente. Em suma, os alemães criaram uma situação inflacionária para os aliados enfrentar. Foi necessário restaurar a autoridade do governo Franco-Africano, recolher as cédulas despejadas no mercado pelos alemães, trocando de forma controlada, por cédulas do Banco de Argel. Estas ações deram ao governo um recurso administrativo válido para examinar minuciosamente lucros questionáveis nas mãos de possíveis colaboradores e operadores do mercado negro e para conter as condições inflacionárias criadas pelos alemães. No outro extremo, na Sicília, os alemães proporcionaram uma situação igualmente incontrolável por táticas totalmente opostas. Lá, por alguns meses antes da invasão e ocupação aliada, a moeda italiana local tornou-se progressivamente mais escassa. Esta foi uma política deliberada e intencional do governo, planejada para reduzir a um mínimo o volume de moeda. Esta ação foi bem sucedida na medida em que as atividades comerciais, mesmo as mais comuns, tornaram-se quase impossíveis. Os bancos locais foram ordenados por Mussolini a destruir e queimar estoques de cédulas antes da chegada das tropas aliadas. Mesmo sem que a ordem de Mussolini tenha sido completamente executada, o dano pretendido foi feito para a causa aliada e os alemães foram bem sucedidos em seus esforços para criar a maior quantidade de problemas possíveis nas áreas que eles foram forçados a se retirar. Enquanto os alemães foram bem sucedidos, à primeira vista, em deixar o caos por onde passavam, também foram os Aliados igualmente bem sucedidos e engenhosos em empregar medidas eficazes para neutralizar os esforços dos alemães.

Na Tunísia, a disponibilidade das cédulas do Banco de Argel forneceu um meio com o qual foi possível estabilizar a situação. Estas cédulas eram facilmente aceitáveis

localmente. Na Sicília, a viabilidade da utilização das cédulas militares aliadas (AMC – Allied Military Currency) foi demonstrada e sua disponibilidade imediata foi a solução para o problema.

Até aqui os fatos recolhidos têm demonstrado que, na prática, o uso de cédulas militares ou de ocupação está de acordo com precedentes históricos. De fato, seu uso é fundamental para um bem sucedido esforço de guerra e para o bem estar econômico das nações. Ao aceitar o precedente histórico e reconhecendo o desafio econômico de obtenção dos recursos necessários em moeda e crédito para apoiar os esforços das nações envolvidas em operações militares, serão examinados os diversos instrumentos monetários usados durante e após a Segunda Guerra Mundial pelos Aliados.

O primeiro tipo de cédula a ser examinado é a conhecida cédula de ocupação (spearhead). Como o nome indica, foi o tipo de cédula transportada para a área a ser ocupada no momento da invasão pelas forças de ocupação. A situação ideal seria, obviamente, de ter estoques adequados disponíveis da moeda local para uso pelas forças invasoras. Normalmente isto não era possível porque, em condições normais, um país não tem moeda de outro país disponível nas quantidades necessárias. Os britânicos tomaram um grande, mas insuficiente para uso futuro, suprimento de liras italianas na Sicília em julho de 1943. Estas cédulas caíram em mãos britânicas na África italiana, mas não em quantidade suficiente para suportar suas operações subsequentes na Sicília. Por isso, cédulas de ocupação foram utilizadas até que as cédulas locais ou as cédulas militares suplementares viessem a ficar disponíveis.

Os Estados Unidos usaram como cédula de ocupação os Certificados de Prata regulares. A fim de diferenciar estes Certificados de Prata americanos já circulando na região do conflito das cédulas normais americanas, possivelmente distribuídas pelos alemães em retirada, foi impresso um selo amarelo nos certificados. Um dispositivo semelhante foi usado no Havaí pelos americanos quando a invasão japonesa das ilhas foi considerada como provável. As cédulas normais americanas foram reimpressas contendo a palavra "Hawaii" como uma proteção contra o seu uso posterior pelos japoneses contra os Estados Unidos. Esta cédula foi posteriormente utilizada para fins de ocupação em determinadas áreas do Teatro do Pacífico da mesma forma como os Certificados Selo Amarelo foram usados no Teatro do Mediterrâneo.

Um segundo tipo de cédula utilizada em áreas invadidas foi a própria cédula local. Estas cédulas foram reconhecidas pelas forças invasoras e continuaram em uso como cédula de curso legal. Ocasionalmente, cédulas locais eram impressas e emitidas por um governo no exílio para uso na em áreas de conflito como uma antecipação da restauração iminente do governo. Na ocasião, estas cédulas foram complementadas pelo uso das cédulas de ocupação. Devido à disponibilidade de quantidades adequadas de cédulas locais na Europa Ocidental, as moedas de ocupação não foram utilizadas lá.

Um terceiro tipo a ser examinado é a cédula militar. Esta cédula é, normalmente, destinada a complementar as cédulas locais no momento da emissão, não para substituir as cédulas locais.

No entanto, há duas exceções a esta regra. Uma ocorreu quando a Autoridade Militar Britânica emitiu liras na Tripolitânia para substituir a lira italiana, por diversas razões políticas e financeiras. A outra exceção ocorreu quando Schilling Militar Aliado – AM schilling foram emitidos na Áustria para substituir o Reichsmark.

Tendo em vista a escassez de liras italianas observada anteriormente nas mãos dos britânicos na operação Sicília em julho de 1943, a primeira cédula militar foi emitida pelos Aliados na época. As cédulas eram conservadoras em estilo e de um tamanho conveniente para os padrões da época. Elas foram litografadas nos Estados Unidos e postas a circular na Sicília.

Infelizmente, o estilo e o tamanho dessas notas eram tais que a sua reprodução não apresentaram grandes desafios aos falsificadores locais, que pareciam ser bastante numerosos em parte da Itália.

Outras moedas militares foram usadas pelos aliados na Europa. Eles eram a Allied Military Mark na Alemanha e no Allied Military Shilling na Áustria, como observado anteriormente. Interessante é o fato de que nenhuma das cédulas militares aliadas utilizadas durante este período continha referências a promessas de pagamento. Na verdade, nenhuma responsabilidade de qualquer espécie esta indicada nestas notas. Somente o nome da autoridade emissora que era mostrada.

O último tipo a ser examinado é o uso cédula suplementar não militar na França. Muitas foram as negociações entre os Aliados e o governo provisório francês no intuito de obter aceitação e apoio a esta cédula pelo. Nesse meio tempo, a cédula já estava em uso pelas forças aliadas na área. Felizmente, o governo provisório

francês aderiu aos desejos dos Aliados e foi possível evitar uma crise financeira embaraçosa.

A razão para não usar cédulas de curso regular do país invasor é, obviamente, para se proteger contra a possibilidade do inimigo obter quantidades de cédulas do invasor em caso de derrota militar no campo de batalha.

As necessidades da Segunda Guerra Mundial moldaram a mais bem sucedida aliança da história – as Nações Unidas, como eram chamados os países dentro do grupo ou os Aliados, como conhecemos. Esta aliança era formada por 49 países liderados por China, França, Inglaterra, União Soviética e Estados Unidos. Muitos dos Aliados usaram seus próprios dinheiros militares em combate ou nas áreas ocupadas. Além destes, outros exemplares foram emitidos sob o controle da autoridade aliada com um todo ao invés de emissões individuais.

A emissão das cédulas militares aliadas (Allied Military Currency – AMC) foi o maior esforço de emissões conjuntas da guerra. Foram lançadas cédulas de francos (francs), coroas (kroner), liras (lire), marcos (marks), schillings e yens para uso em diversos países. Os seis exemplares de cédulas militares eram incomuns sob vários aspectos. Durante o estágio de planejamento foi determinado que as cédulas de invasão e de ocupação deveriam ter características distintas. A moeda seria nominada nas unidades monetárias dos países invadidos (ou libertados). Todos os exemplares seriam similares no visual de modo a facilitar a produção. Finalmente, elas deveriam ser emissões conjuntas dos aliados ao invés de permitir que a cada participante emitisse a sua própria cédula.

Como um esforço conjunto, a impressão das cédulas eram compartilhadas entre os aliados, embora os Estados Unidos, por uma questão de praticidade, imprimiu um grande lote destas cédulas. Nos Estados Unidos a impressão ficou à cargo do Bureau of Engraving and Printing – BEP. Porém, o BEP não deu conta de imprimir todo o volume necessário, o que levou o governo a contratar empresas privadas para emití-las. A produção das cédulas foi mantida em segredo e identificada por codinomes. Por exemplo, a operação para emitir as AM Lira foi chamada de Operação Husky.

As AM Lira, utilizadas na Itália e Sicília, foram as primeiras cédulas militares emitidas. Foi com estas cédulas que os pracinhas da FEB tiveram contato durante o período de combate. Todas as cédulas tinham marca d'água "Allied Military Authority" e as primeiras impressões foram divididas entre o BEP e uma empresa

privada contratada para este fim, chamada de Forbes Lithograph Corporation. Embora toda a impressão tivesse sido iniciada em 10 de junho de 1943, o registro do nome do país e da moeda somente teve início em 13 de julho de 1943, de forma a ajudar a manter o caráter secreto da operação.

Após o lançamento das primeiras cédulas, notou-se que as de 50 e 100 liras podiam facilmente ser alteradas para representar 500 e 1000 liras uma vez que apenas o numeral era impresso. Por isso, a série 1943A foi preparada para trazer impressa também a denominação por extenso, além dos numerais. A série 1943A substituiu a 1943 que foi retirada de circulação e destruída. Esta troca ocorreu em algum momento de 1944 e a data precisa não é conhecida. A série 1943A foi totalmente impressa pela Forbes e, por isso, traziam a sua marca registrada.

2.5 PRACINHAS E O DINHEIRO: O FUNDAMENTAL PAPEL DA AGEFEB

Charles Hargreaves foi Adjunto de Administração da AGEFEB. Em artigo escrito para a Revista do Exército Brasileiro de 1983, conta como a AGEFEB foi constituída. Importante relato de quem participou de todo o processo:

Quando em 1944 o Ministério da Guerra solicitou ao Banco do Brasil que assumisse a responsabilidade do suprimento de fundos à FEB no Teatro de Operações, bem como a designação de funcionários para seguirem com a tropa e dar-lhes assistência financeira, foi criada pelo Banco a Agência junto à FEB – AGEFEB -, como ficou sendo conhecida, sob supervisão do Diretor de Câmbio, no Rio de Janeiro, e subordinada ao General Mascarenhas na Itália.

Criava-se, então, com essa providência, uma situação inteiramente nova para nós funcionários do Banco; era como que um desafio a nossa capacidade de nos organizarmos militarmente; e uma oportunidade de poder prestar honrosa e efetiva colaboração ao esforço de guerra.

Pouco tempo tivemos para cuidar da parte de organização da Agência. Entre o primeiro contato do Ministro da Guerra com o Presidente do Banco e o embarque mediou mais ou menos um mês, apenas! Tudo foi preparado nesse espaço de tempo, inclusive novas rotinas de trabalho e de contabilidade, impressos e formulários simplificados, e a própria seleção de elementos, sua uniformização, etc.

Ficou determinado que uma equipe de três funcionários graduados seguiria por via aérea, com destino à Argélia. Compunha-se de elementos da Administração da AGEFEB: o Gerente, com o posto de Coronel, o Contador e um Adjunto, ambos com o posto de Tenente-Coronel. Os remanescentes dos integrantes da AGEFEB - 11 Oficiais – sob a Chefia de um Adjunto da Administração, com o posto de Tenente-Coronel, iria por mar, juntamente com a tropa embarcada, integrando o 1º Escalão Divisionário. Argélia era, inicialmente, o destino declarado da Força Expedicionária Brasileira.

Nosso objetivo de seguir na frente se justificava pela necessidade de tomar contato com os correspondentes do Banco do Brasil e obter o necessário

suprimento de moeda corrente; estávamos fardados e deveríamos nos apresentar também ao Quartel-General Militar do Teatro de Operações do Norte da África (NATOUA).

Antes do embarque no Rio, providências haviam sido tomadas pelo Banco junto aos banqueiros, via Londres e Washington, para que fosse posta à disposição dos três representantes do Banco do Brasil elevada soma em dólares ou o equivalente, visando o atendimento da FEB em tudo que carecesse. Tal providência tornou-se inócua, porque na guerra, os bancos comerciais, como viemos a constatar, simplesmente não se “entrosam” com a Organização Militar. O controle militar abrange toda a área, inclusive naturalmente a financeira, mas possui regime próprio de funcionamento na zona ocupada.

Em contato com o General, que na Argélia comandava os Serviços Financeiros (Diretor Fiscal, NATOUA), viu-se logo a necessidade de uma reformulação do esquema que levávamos. Com nosso credenciamento junto ao Combined Chiefs of Staff iríamos poder receber suprimentos de papel-moeda militar para poder atender todas as necessidades da FEB, mediante requisições da AGEFEB à Allied Military Financial Agency – AMFA, ou simplesmente AFA. Contabilmente, a cada saque corresponderia um crédito em cruzeiros, e era marcado nos livros do Banco do Brasil, para acerto de contas ao fim da guerra. Recordar-se que o desembarque da FEB estava para ocorrer a qualquer momento.

No jornal “O Cruzeiro” de 08 de fevereiro de 1945, Rubem Braga, correspondente de guerra do jornal Diário Carioca escreve sobre “Os homens do Banco do Brasil”:

Hoje vou falar sobre uma unidade da FEB que é uma unidade toda especial tem 22 oficiais, 1 cabo e nenhum soldado raso. Todos esses homens andam desarmados e nenhum aparece na linha de frente. Apesar disso é possível dizer que eles estão fazendo a guerra, porque os trabalhos que eles fazem, são trabalhos úteis e mesmo necessários para todos os homens da Força Expedicionária Brasileira. Estou me referindo aos homens do Banco do Brasil.

Dois ou três vivem em Nápoles, meia dúzia está em Roma e os outros moram numa cidadezinha perto do Quartel General Recuado. Fui visitar estes últimos. Eles vivem e trabalham num mesmo prédio – são onze homens com 3 quartos para dormir e duas salas para trabalhar. Uma velha italiana, a signora Paolina, arruma os quartos e faz comida para estes onze rapazes solteiros.

Praticamente todo o dinheiro que os soldados e os oficiais da FEB mandam para o Brasil passam por aquele pequeno escritório. O número de ordens de pagamento que este escritório recebe é maior do que o da Agência Central do Rio de Janeiro. Maior o número e, naturalmente, não a importância. Um funcionário do Banco, conversando comigo, calculou que a metade dos vencimentos pagos aqui na Itália aos homens da FEB, eles mandam de volta para o Brasil.

A vida dos bancários é trabalhosa e não é nada divertida. Acordam pelas oito da manhã – isso aqui na Itália, no inverno pode ser considerado de madrugada e as oito e meia começam a trabalhar. Almoçam e trabalham de tarde até as seis. Vão jantar e quando acabam de jantar já é noite fechada na cidadezinha. Noite fechada mesmo na verdade, porque todas as luzes estão apagadas e todos os bares e cinemas já pararam de funcionar.

Muitas vezes quando é preciso dar uma virada, o trabalho se prolonga até às dez ou onze da noite, mas mesmo que isso não aconteça ninguém se anima a sair. Só raramente um ou dois dos rapazes se arriscam a dar uma volta pelas ruas e becos escuros, mas em geral voltam cedo, tiritando de

frio e falando com saudades do Rio de Janeiro ou de qualquer cidade bem iluminada e bem quente do Brasil.

Isso é vida de colégio interno – me disse o Tenente Romeu Santos, e o tenente Fontenele acrescentou: - Meu consolo é pensar que meus colegas lá no Rio estão com inveja de mim, achando que tenho uma vida movimentada e interessante aqui na Itália ...

Sim, a vida desses bancários não é muito divertida. Mas eles adotaram um lema que ajuda muito: “No fox-hole é pior ...”. Passar a noite num buraco de neve a 15 graus abaixo de zero e a algumas centenas de metros do inimigo nazista é, na verdade, pior. “No fox-hole é pior” – dizem os bancários entre si. E com esse lema eles vão trabalhando; com esse lema eles vão fazendo a guerra.

Os bancários do Brasil podem ter a certeza de que eles vão trabalhando bem, estão honrando nesta guerra pela Democracia, o nome de uma classe de trabalhadores que é das que mais e melhor têm lutado pelo Brasil.

(Da série “Reportagens na Itália”, irradiada pela B.B.C.)

A Revista da AABB (Associação dos Antigos Funcionários do Banco do Brasil) de maio de 1983 traz um artigo publicado na Revista da Intendência da Aeronáutica, de co-autoria do então Coronel-Aviador Sebastião de Carvalho. Este artigo trata da contribuição do Banco do Brasil à FEB através da agência AGEFEB e mostra a importância e o respeito dos militares a estes homens que, não sendo militares, e sem treinamento específico, enfrentaram a guerra para dar a tranquilidade financeira aos pracinhas.

Trata-se, simplesmente, de um brilhante núcleo de funcionários do Banco do Brasil, destacados para servir além-mar, no exercício das suas funções peculiares, junto às Forças Expedicionárias Brasileiras, constituindo um órgão sobriamente chamado – AGEFEB – cujo valor, importância e eficiência nenhum expedicionário ignora.

Além da coragem destes homens, o Coronel Sebastião reforça também a competência do grupo que não mede esforços para executar o seu trabalho.

Para constituir o grupo – sem desdouro para a grande massa de onde proveio – o Banco do Brasil requintou em escolher a fina flor do seu funcionalismo, pois melhores não haveria em critério, competência, produtividade, discernimento, discrição e de nítido espírito de cooperação e de sacrifício. Possuidores, todos os seus elementos, da mais alta compreensão da disciplina e do dever, foram destacados colaboradores dos êxitos alcançados pelo Comando Brasileiro, para o qual concorreram com a tranquilidade resultando do seu funcionamento impecável.

Com o primeiro escalão da FEB chegaram à Itália, em julho de 1944, 14 funcionários da AGEFEB. Desses, o Gerente, o Contador e um dos Adjuntos viajaram por via aérea, tendo antes acertado medidas preliminares junto às autoridades do G.Q.G. Aliado, em Argel: os restantes foram passageiros do mesmo transporte de guerra americano que conduziu à Europa o primeiro contingente brasileiro. Com este

núcleo inicial instalou-se a AGEFEB, mas o crescimento dos seus encargos exigiu o reforço de turmas sucessivas, que elevaram o efetivo global ao máximo de 29 homens.

Passados apenas 15 dias do desembarque, funcionando em organização de emergência, denominada “balcão móvel”, no próprio acampamento da FEB, em Bagnuoli, foi efetuado o primeiro pagamento local à tropa, em liras, realizada a contabilização correspondente ainda nos aposentos particulares onde foram alojados os seus componentes no Hotel Voltorno, situado na principal rua de Nápoles, a Via Roma.

Em 2 de agosto de 1944, foi oficialmente instalado o Escritório da AGEFEB, em Nápoles, num grupo de salas que lhe foi cedido, no edifício meio destruído dos Correios e Telégrafos, em local tão adequado quanto era materialmente possível, próximo ao QG da Base Americana.

De Nápoles deslocou-se a FEB para Tarquini, onde iniciou seu treinamento complementar, situando-se em Civitavecchia (70 km de Roma) a Seção de Base Brasileira. Em consequência, surgiu a necessidade de um desdobramento, instalando-se o Escritório Central em Roma, no Edifício da Banca Nazionale del Lavoro, sucursal do Corso Umberto (Setembro), ao passo que uns poucos funcionários ficaram em Nápoles no chamado Escritório A.

O Escritório Central constituiu-se em sede básica da Administração da AGEFEB, ao passo que o Escritório A, funcionando em estreita ligação com os órgãos de Serviço de Finanças do QG Aliado, já montado em Caserta (25 km de Nápoles) passou a atender os elementos brasileiros estacionados em Nápoles: Conselho Supremo de Justiça Militar, Consultado Brasileiro, Seção de Hospitalização Brasileira e, posteriormente, o Acantonamento de Transito local. Nápoles, além disso, era ponto terminal dos que chegavam do Brasil, por via aérea, e ponto inicial da viagem de regresso, para os que voltavam ao Brasil, utilizando o mesmo meio de transporte.

Do Escritório Central saíam periodicamente os “balcões móveis”, que funcionavam junto à tropa, para efeito de receber depósitos e ordens de transferência para o Brasil, segundo as conveniências pessoais de cada interessado, oficial ou praça.

Com o curso do tempo, a FEB entrou em linha, primeiro ao norte de Pisa e Lucca, depois na região de Porretta Terme (20 km de Pistóia); finalmente, na arrancada da primavera de 1945, varrida extensa zona da Itália Setentrional, o QG Brasileiro se localizou em Alessandria. Entrementes, a Seção de Base Brasileira fez um primeiro

lanço sobre Piombino, antes de se instalar, em caráter estável, na cidade de Livorno, onde, em fevereiro de 1945, se transformou em Posto Regulador.

A esse tempo, já constituída a Inspetoria Geral da FEB (QG em Montecatini), ficaram a ela subordinados todos os órgãos extradivisionários, inclusive a Base Brasileira e as Seções de Hospitalização Brasileiras, que funcionavam anexas aos Hospitais Americanos. A Pagadoria Fixa da FEB a princípio fez parte da Base, até janeiro de 1945, quando foi recuperada pelo QG da FEB, onde passou a integrar o seu escalão recuado, então instalado em Pistóia.

Necessariamente, a AGEFEB teve de adotar um dispositivo orgânico que lhe permitisse a continuidade e eficiência do seu funcionamento. De um lado, era imperativo manterem-se os escritórios já instalados em Roma e Nápoles; de outro lado, as dificuldades resultantes da distância que separava o Escritório Central do QG da FEB (cerca de 330 km) impunham que essa situação se modificasse, aconselhando que sua instalação se aproximasse deste.

Resultado: novo desdobramento realizado (2-dez-1944), com a inauguração do Escritório B, numa fria e escura dependência da Caixa Econômica de Pistóia, que então passou a suprir de numerário a Pagadoria Fixa e destacar os “balcões móveis”, para o utilíssimo funcionamento junto às tropas – durante a fase estática de Porretta Terme – Escritório esse que se transferiu mais tarde para Gênova (maio de 1945), ocupando instalações do Banco d'Itália y Rio de la Plata.

Finda a guerra, na fase do retraimento da FEB, que ficou concentrada em Francolise (40 km Nápoles), aguardando embarque de regresso ao Brasil, o Escritório B encerrou definitivamente suas atividades e recolheu o seu pessoal ao Escritório A, para melhor atender ao vulto dos encargos na emergência, visto que este último passou a atender desde então ao grosso da tropa brasileira, para o que solicitou e obteve instalação adequada, mais ampla, no 1º andar do edifício local da Banca Nazionale del Lavoro, onde funcionou até a liquidação e encerramento final das atividades da AGEFEB na Itália.

Tal a sua evolução no tempo. No que se refere ao aspecto funcional, grande e valiosa é a folha de serviço da AGEFEB. Órgão fundamental da vida financeira da tropa, em sua complexa existência num teatro de operação fora do território nacional, funcionando, além disso, integrado em organização estrangeira aliada e dela inteiramente dependente sob esse aspecto, houve a AGEFEB que se amoldar, simultaneamente, às diretivas do Serviço de Finanças Aliado (Allied Financial

Agency), em ligação com o Fiscal Diretor Americano, e às múltiplas necessidades da FEB, da FAB e autoridades diplomáticas e consultares brasileiras na Itália.

Ambientação, entendimentos preliminares e complementares com as autoridades aliadas competentes, planejamento funcional, instalação e manutenção dos órgãos de direção e execução do serviço, ligações com os escalões interessados – eis um primeiro quadro das suas atribuições natas.

Sob o aspecto formal, cabia-lhe, em primeiro plano, assegurar a obtenção da moeda legal em circulação – a lira – representada particularmente por uma emissão especial (Allied Military Lire), com que pode fazer face às requisições de numerário pela Pagadoria Fixa, que, por sua vez, era o órgão provedor do Serviço de Fundos da FEB. O Serviço de Fazenda da FAB também se supria diretamente na AGEFEB.

Cumprida essa tarefa primordial, instituiu os serviços de depósito, sem juros, movimentados pessoalmente, com a apresentação da correspondente caderneta, para garantia de guarda do dinheiro, e de transferências para o Brasil, através do qual cada expedicionário brasileiro podia efetuar remessas de valores excedentes para qualquer destinatário no Brasil, pela rede de agências do Banco do Brasil, sem qualquer ônus. As autoridades diplomáticas e consulares do nosso País também se beneficiaram desses serviços.

Toda a escrita da AGEFEB era expressa em cruzeiros, constando, porém, uma coluna apropriada, uma indicação adicional da moeda de origem dos lançamentos, para clareza de sua interpretação, tal como procediam os franceses. As cadernetas de depósito, no entanto, eram apenas escrituradas em liras, pois correspondiam tão somente à moeda em circulação naquele teatro de operações.

A dupla troca de moedas constituiu outro ângulo de seu singular funcionamento; aos brasileiros que chegavam ao teatro de operações, isolados ou em massa, recolhia toda a moeda nacional (cruzeiro) e eventualmente, outras moedas estrangeiras (dólar, libra, franco) de que eram portadores, recebendo o equivalente em lira: aos que partiam para o Brasil, individual ou coletivamente, a operação inversa, ou seja, o recolhimento da moeda legal em curso (lira), contra a entrega do equivalente em cruzeiro (eventualmente em dólar ou franco).

Durante todo o período das hostilidades essa operação foi facilitada por um convênio aliado, que atribuiu valores fixos, inalteráveis, para os frequentes câmbios de moedas estrangeiras. Essa equivalência era a seguinte: 1 dólar valia 20

cruzeiros; ¼ libra (5 shillings), 50 francos ou 100 liras; 1 libra, 80 cruzeiros; 1 franco, 40 centavos brasileiros; e 1 lira, 20 centavos brasileiros.

Mas não se limitou a tanto a atuação da AGEFEB na Itália. Em Roma, o seu Escritório Central era o único órgão militar brasileiro instalado, e sendo a capital italiana ponto de passagem obrigatória para os expedicionários em trânsito, do Sul para o Norte, e vice-versa, além de construir natural motivo de atração histórica e cultural, durante os ocasionais períodos de descanso e licença, todos os problemas relacionados com a passageira acomodação pelas autoridades americanas, ficaram automaticamente a cargo da AGEFEB, entre cujos componentes alguns dominavam o idioma inglês com familiaridade e segurança. Quão úteis foram os seus serviços neste participar, e com que solicitude eram eles prestados a qualquer hora, a quem quer que ali chegasse.

Por intermédio, ainda da AGEFEB – que gentilmente aceitou o novo encargo, desempenhando-o com toda a correção e boa vontade – foi que se inaugurou e manteve o serviço de correspondência telegráfica, possível de estabelecer-se com o Brasil, servindo o Escritório Central como elemento de ligação com a organização americana que o operava, constituindo-se mais em órgão coletor, censor e distribuidor primário dessa rápida via de comunicação, que tanto bem proporcionou aos que a ela precisaram recorrer.

Com um corpo de funcionários tão seletos, não foi de admirar que a AGEFEB cedo conquistasse o apreço e a admiração de todos os expedicionários patricios. Os expressivos elogios que mereceu e a consideração geral que desfrutou são atestados eloquentes de sua excelente atuação.

Inicialmente apenas investidos das honras de oficial, pois que outra não poderia ser a sua condição, seus funcionários, constituíam dois grupos distintos: o primeiro, equivalente ao círculo de oficiais superiores, era constituído pelo Gerente, Contador e dois Adjuntos; o segundo, equiparado ao círculo de capitães e tenentes, compunha-se dos restantes elementos. Usando uniformes de oficiais, como se impunha, foram-lhes atribuídas duas ordens de insígnias, correspondentes às duas classes aludidas, mas diferentes das insígnias peculiares a cada posto definido na hierarquia militar. Esse artificialismo criou-lhes reiterados embaraços, nos ranchos e hotéis, quando conviviam com os oficiais americanos, a quem repetiam, pacientemente, as explicações cabíveis, isto é, que não eram oficiais, por isso não podiam usar as insígnias dos postos, mas tinham horas e prerrogativas,

normalmente conferidas a cada um dos grupos mencionados. Nas listas dos “messes” (ranchos), que eram assinadas individualmente nos hotéis, para cada refeição, na coluna relativa ao posto (que não tinham), escreviam tudo que lhes era lícito preencher, isto é: “Field officers”, os equiparados aos oficiais superiores, e “company grade”, os restantes. Mais não é preciso referir para revelar o constrangimento de uma situação incômoda, que os americanos aceitavam sem compreender.

Felizmente, porém, a partir do terceiro mês no teatro de operações, em muito boa hora foi-lhes expressamente autorizado o uso das insígnias dos postos que correspondiam à sua hierarquia funcional (de 1º tenente a coronel) e, como por encanto, dissiparam-se completamente as situações embaraçosas que antes experimentaram.

Apesar de não serem militares, importante registrar o reconhecimento da tropa ao grupo, honrando as tradições militares:

Registre-se, de passagem, que nenhum funcionário da AGEFEB deixou de honrar as insígnias dos postos da hierarquia militar, com que foram justamente distinguidos. Todos se portaram com rigorosa disciplina, correção, discrição e elevado patriotismo, o que veio provar o acerto da medida.

Como mais uma fonte de informações, o Relatório Anual de 1945 do Banco do Brasil cita a AGEFEB quando fala do seu quadro de agências:

Merece registro especial a Agência móvel, criada para atender às necessidades da Fôrça Expedicionária Brasileira e que vem prestando assinalados serviços.

Um pouco mais adiante, o mesmo relatório cita o elogio do General Mascarenhas de Moraes, registrado no boletim interno da 1ª D.I.E., de 13 de fevereiro de 1945:

A organização perfeita e a instalação criteriosa da Agência do Banco do Brasil junto à Fôrça Expedicionária Brasileira, ao lado da dedicação, espontaneidade e interesse dos seus funcionários em atender sem distinção a todos os nossos elementos constituem um motivo de confiança e satisfação para o Comando, que vê assegurada, assim, uma rigorosa assistência à economia de sua tropa.

Escalonada em profundidade, com o Escritório Central em Roma e, dois outros, em Nápoles e Pistoia, mantém estreita ligação com os diversos órgãos da F.E.B., desde Caserta às primeiras linhas, dentro da mais completa ordem e disciplina de serviço e, com um eficiente método de brevidade de ação, movimentada, mensalmente, cerca de 55 milhões de liras, em depósitos e transferências.

Sem prejuízo do seu trabalho normal e, quando necessário, sem horas de repouso, presta, ainda, relevantes outros serviços estranhos à sua atividade comum, como a instalação de elementos em trânsito, expedição e distribuição de telegramas, etc., graças à habilidade, solicitude, capacidade e iniciativa de seu pessoal, que dá, deste modo, uma prova eloquente do alto espírito de cooperação de que está possuído.

Integrado rapidamente no meio militar, vive em perfeita comunhão com os nossos oficiais, num sadio ambiente de camaradagem e respeito mútuo, compenetrado das responsabilidades e deveres da função e conquistando a admiração de todos pela correção de atitudes e lhanza de trato.

A elevada formação moral de seus integrantes, que os levou a voluntariamente se incorporarem à F.E.B., hoje, é aqui traduzida pela maneira elogiosa com que se dedicam aos seus afazeres e pela inteligente propaganda que fazem das cousas do Brasil, difundindo dados sobre as suas riquezas e possibilidades.

Apresentando ao Coronel Gastão Luiz Detsi e seus distintos auxiliares os mais francos louvores pela cooperação que prestam ao Comando, transmito, em meu próprio nome e no dos meus comandados, as congratulações e as sinceras simpatias com que a F.E.B. acompanha a feliz atuação da Agência nos campos de guerra da Europa.

E, na conclusão do relatório, uma mostra do patriotismo que vigorava à época:

Quando, há um ano, fixamos a decisiva e forte compenetração dos Brasileiros em face das calamidades da guerra, acentuando a perfeita unidade de vistas de civis e militares, - soldados da Pátria todos eles – dissemos que os de uniforme disputavam oportunidades de perigo para confirmação de bravura tradicional. Vários nomes geográficos, no solo ensanguentado, são hoje marcos dessa bravura indesmentida, glorificando as nossas armas e valorizando o heroísmo brasileiro. Entre os combatentes há funcionários do Banco do Brasil; entre os que colaboram eficientemente com aqueles estão soldados do Banco do Brasil, atuando na sua Agência de ultramar, com a dedicação, o patriotismo e o senso de responsabilidade consagrados pelo bravo Comandante da nossa denodada Força Expedicionária.

Integrado no programa de governo do preclaro Presidente Getúlio Vargas, o Banco do Brasil deu todo o seu empenho à obra de assistência à economia nacional, valendo-se em muito do apoio e prestígio que lhe dá o insigne estadista, de cuja atuação clarividente e patriótica tem recebido os maiores estímulos para se manter a serviço da grandeza nacional.

Não reduzimos a intensidade da nossa vigilância, nessa hora perigosa em que se acelera a vitória das armas, e os inimigos da humanidade, batidos em todas as frentes, se reduzem à convicção de que o crime não compensa e terão para reforço de castigo, em suas pessoas e nas suas memórias, a execração das próprias pátrias que eles conduziram à desgraça.

Bem sabemos quanto é difícil resguardar a vitória, impedir que ela se malbarate por inépcia, devaneio ou enganosa confiança, mas tudo indica que, no seu setor, o Banco do Brasil não descontinuará a solidariedade da ajuda, da real proibida contribuição ao Governo e ao povo, na defesa da civilização democrática contra a barbárie totalitária.

Tabela 2 - Relação dos Participantes da AGEFEB

1º Grupo – Partida do Rio em 01 e 02/07/1944	
Gerente (Coronel)	Gastão Luiz Detsi
Contador (Tenente-Coronel)	Pedro Paulo Sampaio de Lacerda

Adjunto (Tenente-Coronel)	Armando de Moraes Ferreira
Adjunto (Tenente-Coronel)	Charles Pullen Hargreaves
Chefe de Tesouraria (Major)	Eduardo Dreux Júnior
Chefe de Serviço (Major)	Nélson Bueno Caracas
Subchefe de Serviço (Capitão)	Carlos Marques Oliveira
Subchefe de Serviço (Capitão)	José dos Santos
Funcionário (Primeiro-Tenente)	Alexandre Victor Formiga Fontenelle
Funcionário (Primeiro-Tenente)	Carlos Augusto Alves dos Santos
Funcionário (Primeiro-Tenente)	Carlos Augusto Castro e Silva de Vincenzi
Funcionário (Primeiro-Tenente)	Dirceu da Silva Baptista
Funcionário (Primeiro-Tenente)	James Swan Júnior
Funcionário (Primeiro-Tenente)	Pedro Borges Leitão
2º Grupo – Partida do Rio em 29/09/1944	
Chefe de Serviço (Major)	Léo de Azevedo Daltro Santos
Subchefe de Serviço (Capitão)	Renato Arêas Soares
Funcionário (Primeiro-Tenente)	Carlos Alberto Moreaux
Funcionário (Primeiro-Tenente)	Yvo Jacques Gros
Contínuo (Cabo)	João José da Silva
3º Grupo – Partida do Rio em 23/11/1944	
Subchefe de Serviço (Capitão)	Henrique Chevallier
Funcionário (Primeiro-Tenente)	Fernando Coelho Messeder
Funcionário (Primeiro-Tenente)	Newton Soares Modesto de Almeida
Funcionário (Primeiro-Tenente)	Pedro Berwanger
4º Grupo – Partida do Rio em 11 e 13/03/1945	
Caixa (Capitão)	Raymundo Mendes da Fonseca
Caixa (Capitão)	Telmo Ramos Ribeiro
Funcionário (Primeiro-Tenente)	Ernesto Serrano Vereza
Funcionário (Primeiro-Tenente)	João Benito Rodrigues Moraes
Funcionário (Primeiro-Tenente)	Luiz Leivas Otero
Funcionário (Primeiro-Tenente)	Luiz Toledo Sanchez de Almeida

Nota: Todos receberam por Decreto do Governo a Medalha de Campanha e a Medalha de Guerra.

Fonte: ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL. A Contribuição do Banco do Brasil à FEB. Rio de Janeiro, n. 32/05, p. 4, mai. 1983.

3 O DINHEIRO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

3.1 BRASIL DECLARA GUERRA: SURGEM AS OBRIGAÇÕES DE GUERRA

Em 22 de março de 1941 o navio mercante brasileiro Taubaté foi atacado nas águas do Mar Mediterrâneo (Egito) por avião alemão. Um morto. A primeira baixa brasileira na Segunda Guerra Mundial.

Desde o início da guerra na Europa, em 1939, o Brasil mantinha uma distância pragmática do conflito, buscando aproximação simultânea com os Estados Unidos e a Alemanha. E uma das explicações para a equidistância era a financeira. Conforme detalha Dennison de Oliveira (2011), em 1938 a importação de produtos alemães pelo Brasil representava 25% do total, com tendência de aumento, enquanto que os produtos americanos representavam 24,2%, com tendência de queda. As exportações para os EUA vinham caindo e representavam 34,3% do total, enquanto para a Alemanha, vinham aumentando e já representavam 19,1%.

Na conferência do Panamá, em 1939, as repúblicas americanas se declararam neutras em relação à guerra na Europa. Com o acirramento dos conflitos, na conferência de Havana em 1940 foi firmado o acordo de solidariedade continental caso qualquer país do continente fosse atacado. Para os Estados Unidos era muito importante garantir o apoio brasileiro aos aliados em função da importante posição geográfica do país, dos abundantes recursos naturais disponíveis e da sua influência sobre os países vizinhos. Pra isso, incentivava a redução dos focos de influência alemã no país e oferecia benefícios em caso de alinhamento com os americanos. No período, inúmeras foram as negociações entre os governos que trouxeram ganhos importantes ao Brasil, como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional e a promessa de reequipamento do exército. Porém, as negociações chegaram ao fim em dezembro de 1941 com o ataque japonês a Pearl Harbor que lançou os Estados Unidos no conflito.

A partir dos compromissos assumidos em Havana, a reunião de Chanceleres do Rio de Janeiro, em janeiro de 1942 decretou o rompimento de relações com os países do Eixo. O reflexo desta decisão não demorou a ser sentido: Buarque, Olinda, Cabedelo, Arabutã, Cairu, Parnaíba, Comandante Lira, Gonçalves Dias, Alegrete,

Paracuri, Pedrinhas, Tamandaré, Barbacena, Piave, Baependi, Araraquara, Aníbal Benévolo, Itagiba, Arará e Jacira – todos navios mercantes brasileiros - foram afundados pelos submarinos alemães e italianos. Estes ataques provocaram a morte de 742 brasileiros. E o Brasil não estava em guerra.

O desgaste político pelos afundamentos e a revolta da população contra a perda de vidas inocentes, levou o governo brasileiro a decretar “estado de beligerância” à Alemanha Nazista e à Itália Fascista em 22 de agosto de 1942.

Imediatamente foram cassadas as cartas-patente dos bancos dos países do Eixo: Banco Alemão Transatlântico, Banco Germânico da América do Sul e Banco Francês e Italiano. Todos foram liquidados e os seus bens e direitos, a título de indenização, foram incorporados ao patrimônio nacional. Cessaram as negociações com a Alemanha para compra de embarcações beligerantes e diversos navios do Eixo (alemães e italianos) que se encontravam em território nacional foram apreendidos pelo governo.

Outros procedimentos foram colocados em prática para ajudar a enfrentar o momento. Logo, foi promovida campanha de arrecadação de materiais utilizáveis pela indústria de guerra. Em postos espalhados pela capital federal foram coletados materiais destinados à fusão para fabricação de armas. A população aderiu em peso. Há relatos de entrega de todo tipo de material metálico incluindo itens de cozinha (panelas, talheres, etc) e até objetos metálicos de praças e ruas. O confisco dos bens dos bancos, a apreensão dos navios e a campanha de arrecadação de materiais deu início ao esforço de guerra brasileiro.

É nítida na história das guerras a preocupação das nações em arrecadar recursos para financiamento do esforço de guerra. Desde a antiguidade os recursos vinham da apropriação das riquezas dos territórios conquistados, da instituição de obrigações aos senhores para fornecimento de soldados para o exército, do aumento dos impostos e da cobrança de taxas e até da utilização da fé como motivador para as batalhas. Quanto maior o território conquistado, maiores os custos para manter a estrutura militar. Quanto mais recursos conquistados, menos problemas em manter um exército. Numa época de conquistas e batalhas constantes, manter um exército grande e treinado para o combate é menos oneroso. Mas, para nações em que a guerra não faz parte do seu dia a dia, quando há necessidade de batalha, um exército específico deve ser organizado, treinado e

armado, visando suprir as necessidades do conflito. Mais difícil e caro se torna quando a batalha acontece fora do seu território.

Segundo Dennison de Oliveira (2011), o efetivo do exército brasileiro cresceu de forma substancial entre 1930 e 1944, muito impulsionado pela Segunda Guerra Mundial. Em 1930 o efetivo do exército brasileiro era de aproximadamente 48 mil homens e, em 1944, o número já ultrapassava os 171 mil. Ao mesmo tempo, aumentava a quantidade de recursos financeiros alocados pelo governo ao exército. Em 1930 o montante representava 12,3% do orçamento federal enquanto em 1944 o montante já ultrapassava os 19%.

Porém, no caso do Brasil, o esforço inicial de arrecadação de materiais não foi suficiente para obtenção dos recursos fundamentais à preparação para a guerra. Neste ponto da história há a introdução do primeiro tipo de dinheiro envolvido na guerra. Em 05 de outubro de 1942 o governo brasileiro autoriza o lançamento das Obrigações de Guerra, também chamadas de Bônus de Guerra. Os bônus foram lançados nos valores de 100\$0 (cem mil réis), 200\$0 (duzentos mil réis), 500\$0 (quinhentos mil réis), 1:000\$0 (1 conto de réis) e 5:000\$0 (5 contos de réis). A aquisição destes bônus podia ser voluntária, mas o maior volume arrecadado vinha do recolhimento compulsório (obrigatório). O Decreto Lei 4.789 de 1942 determinou a obrigatoriedade da retenção de 3% dos rendimentos de todos os trabalhadores, sendo este valor transformado em Bônus de Guerra, resgatáveis em parcelas semestrais, com juros de 6% ao ano. O início dos resgates seria definido somente após a assinatura do tratado de paz. A captação de recursos a partir das obrigações de guerra, segundo fontes do próprio governo, foi equivalente a 73% de toda a arrecadação de recursos de um ano normal (sem guerra).

O dia 05 de outubro de 1942 tem sua importância redobrada para a numismática brasileira. Neste dia, além da instituição das Obrigações de Guerra, o Decreto Lei nº 4.791 institui o Cruzeiro como unidade monetária brasileira. A paridade estabelecida foi de 1:000\$0 (hum mil réis) para Cr\$1,00 (um Cruzeiro).

A arrecadação de fundos através do lançamento pelos governos dos países de Obrigações de Guerra é relativamente comum na história das guerras do século XX. Há registros durante a Primeira Guerra Mundial, durante a Segunda Guerra (Estados Unidos, Canadá, Brasil, Japão, China, União Soviética, Alemanha e Inglaterra) até a Guerra do Golfo, onde o Iraque fez intenso uso deste recurso. Também há registro de lançamentos de Selos de Guerra e Loterias (União Soviética e Alemanha) como

instrumentos complementares ao esforço de arrecadação de recursos. Na França, algumas entidades não governamentais ou comunidades locais, lançaram bônus independentes, conhecidos como *Bon de Guerre* ou *Bon de Necessité*. Outros países optaram somente pelo aumento dos impostos.

Estados Unidos, Inglaterra e Canadá lançaram intensas campanhas nacionalistas convocando as pessoas a contribuírem para o esforço de guerra comprando os bônus. São conhecidos os cartazes com o tema “*Buy War Bonds*” que muito apelavam ao nacionalismo dos cidadãos. O esforço de propaganda no Brasil foi muito menor já que a arrecadação era, essencialmente, compulsória, diferente dos outros países em que a contribuição era voluntária e, por isso, necessitava de um esforço muito maior de convencimento da população.

Fotografia 1: Cartaz de propaganda americano da Segunda Guerra Mundial, apelando ao lado emocional da população, com o objetivo de aumentar a venda de Bônus de Guerra.



Fonte: <https://www.nwhm.org>

3.2 O BRASIL VAI À GUERRA: A UTILIZAÇÃO DAS CÉDULAS MILITARES

Existem diversas interpretações sobre as razões que levaram o Brasil a enviar soldados para a linha de frente de combate. Fala-se de “vingança” pelos civis mortos nos torpedeamentos dos navios mercantes brasileiros e chega-se aos fatores mais comuns que levam um país a combater em uma guerra fora de seu território: política e economia. Para obter o apoio brasileiro aos Aliados, os EUA ofereceram a participação no Lend Lease⁶ que, em troca do fornecimento de insumos importantes para as nações em guerra, possibilitaria o reaparelhamento das Forças Armadas e a construção de importantes obras de infraestrutura no país.

Porém, com a entrada efetiva dos EUA na guerra, os recursos americanos foram voltados, prioritariamente, para aqueles países que contribuía diretamente para o esforço de guerra, com o envio de tropas. Temendo perder os investimentos previstos e buscando um alinhamento político mais forte com os EUA, Getúlio Vargas ofereceu ao presidente americano Franklin Roosevelt, num encontro em Natal – RN em fevereiro de 1943, o envio de tropas para combate, desde que se mantivesse o programa de reaparelhamento das Forças Armadas, previamente negociado. A proposta concretizou-se em 9 de agosto de 1943, através da Portaria Ministerial nº 4744, que criou a Força Expedicionária Brasileira - FEB, formada pela 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE) e órgãos não-divisionários. Sua chefia foi entregue ao general João Batista Mascarenhas de Moraes.

No final de 1943 decidiu-se o destino da FEB: o teatro de operações do Mediterrâneo. Inicialmente o destino final seria o Norte da África (mais precisamente a Argélia), porém, pouco antes do embarque das tropas, em função da mudança no cenário no Teatro de Operações Europeu, o destino da FEB foi alterado para a Itália. Na noite de 30 de junho de 1944, embarcou o 1º Escalão da FEB, composto por cerca de cinco mil homens e chefiado pelo general Zenóbio da Costa. Junto com eles, o general Mascarenhas de Moraes e alguns oficiais de seu estado-maior. Em setembro do mesmo ano, foi a vez do 2º e 3º Escalões, comandados respectivamente pelos generais Osvaldo Cordeiro de Farias e Olímpio Falconière da

⁶ Programa de empréstimos americano visando abastecer com alimentos e armamentos as nações que estavam em guerra.

Cunha. Até fevereiro de 1945, dois outros escalões chegariam à Itália, juntamente com um contingente de cerca de 400 homens da Força Aérea Brasileira (FAB), estes comandados pelo major-aviador Nero Moura. Ao todo, a FEB contou com um efetivo de um pouco mais de 25 mil homens.

Na Itália, a FEB uniu-se às tropas do V Exército norte americano - integrante do X Grupo de Exércitos Aliados. Nesse momento, o objetivo das tropas aliadas ali sediadas era impedir o deslocamento alemão para a França, onde se preparava a ofensiva final aliada. Era necessário, assim, manter o exército alemão sob constante pressão. As primeiras vitórias brasileiras ocorreram em setembro de 1944, com a tomada das localidades de Massarosa, Camaiore e Monte Prano. No início do ano seguinte, os pracinhas participaram da conquista de Monte Castelo, Castelnuovo e Montese. O conflito, no entanto, não se estendeu por muito mais. A 2 de maio de 1945, o último corpo do exército alemão na Itália assinou sua capitulação, e a 8, a guerra na Europa chegava ao fim, com a rendição definitiva da Alemanha. Durante todo o período em que a FEB lutou ao lado do V Exército Americano, o dinheiro em circulação no front era a Allied Military Lire – AM Lira, ou Lira Militar Aliada.

Em 9 de julho de 1943 os aliados desembarcaram na Sicília, era o início da Operação Husky que chegou ao fim em 17 de agosto de 1943 com a tomada completa da ilha. Como parte desta operação e em total segredo, as AM Lira foram previamente impressas pelos aliados no *Bureau of Engraving and Printing – BEP*, em Washington. O objetivo era introduzir as cédulas na Itália assim que a Sicília fosse tomada. O segredo na impressão das cédulas era fundamental para o sucesso da Operação Husky. A introdução as AM Lira tinha por objetivo controlar a circulação de dinheiro na Itália recém-ocupada e resolver o problema da falta de dinheiro no país, provocado pelos alemães como estratégia de “terra arrasada” tentando dificultar ao máximo a permanência dos aliados. Estas cédulas deveriam circular apenas no ambiente militar, porém, em função da falta de dinheiro em circulação na Itália, acabaram por se tornar cédula de circulação de curso legal no país.

Segundo SANDOVAL (2012), a autorização para circulação destas cédulas foi oficializada por decreto assinado pelo General inglês Harold Alexander (Decreto nº 12 de 23 de agosto de 1943) e introduzidas para circulação no mesmo dia da assinatura do decreto. Os valores desta primeira série de cédulas, chamada de *Series 1943*, foram: 1, 2, 5, 10, 50, 100, 500 e 1.000 liras. Houve uma segunda emissão dessa mesma série, com circulação a partir dia 8 de setembro de 1943,

agora impressas pela *Forbes Lithograph Manufacturing Company* de Boston. As cédulas impressas por esta companhia contêm a marca da empresa impressora, um “F” em micro caracteres (aposto na rosácea do lado inferior direito).

Fotografia 2: Alguns exemplares de AM Lira



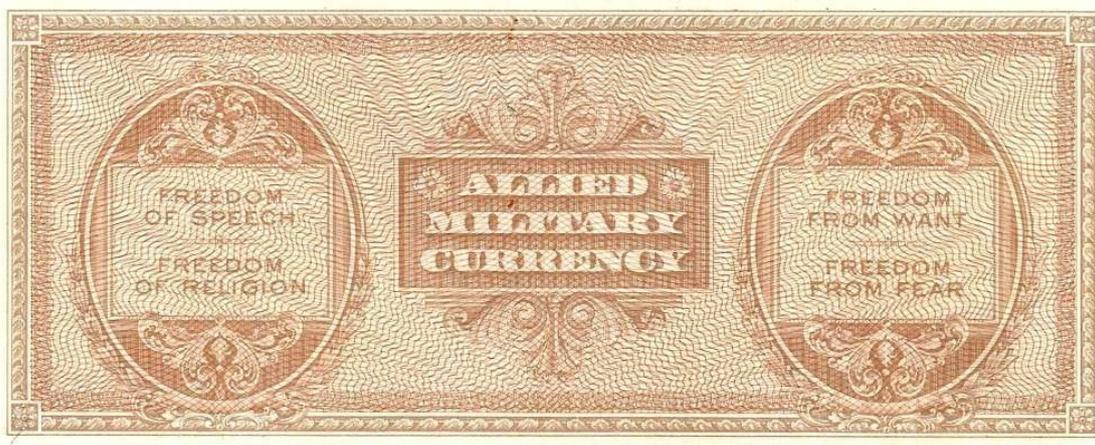
Fonte: acervo pessoal do autor.

Em função da simplicidade de impressão e da falta de recursos que dificultassem a falsificação, os aliados observaram um grande número de cédulas falsas em circulação. A forma mais comum de falsificação era a inclusão de zero nas cédulas

de 1, 10, 50 e 100, transformando-as, facilmente, em cédulas de 10, 100, 500 e 1.000 liras.

Em função desta fragilidade, foi lançada uma segunda série (*Series of 1943A*) com os seguintes valores: 5, 10, 50, 100, 500 e 1.000 liras. Visando reduzir a falsificação, as cédulas foram impressas em dois formatos, 78 x 67 mm para os valores de 5 e 10 liras e de 156 x 67 mm para os valores de 50 a 1.000 liras e com os valores expressos também em extenso. Enquanto as cédulas da primeira série traziam os textos somente em inglês, as da segunda série traziam os textos também em italiano. No anverso das duas séries temos: “Allied Military Currency”, “Issued in Italy”, “1 Lira” (e demais valores) e, no reverso, as seguintes frases: “Freedom of Speech, Freedom of Religion, Freedom from Want e Freedom from Fear”, ou seja, “Liberdade de Expressão, Liberdade de Religião, Ausência de Miséria e Liberação do Medo” e no centro a marca d’água “Allied Military Currency”.

Fotografia 3: Verso de uma cédula de 50 AM Lira



Fonte: acervo pessoal do autor.

A introdução indiscriminada das AM Lira provocou forte inflação na Itália. O efeito desta inflação é possível observar já na segunda série de cédulas lançadas. Nela, os valores de 1 e 2 liras não foram mais impressos, uma vez que não representavam grande poder de compra.

Essas cédulas circularam legalmente até 1950, ano em que perderam a validade. Sua circulação foi concomitante com as demais cédulas utilizadas na Itália. As AM Lira financiaram os gastos das tropas aliadas e, após o armistício, as trocas por dinheiro corrente do país ficaram sob responsabilidade do governo italiano como forma de compensação pelos custos da guerra (TARACCHINI, 1999).

O Museu do Expedicionário de Curitiba, o Museu do Banco do Brasil (CCBB – Rio de Janeiro) e o museu dentro do Memorial aos ex combatentes da FEB no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, apresentam no seus acervos algumas cédulas AM Lira trazidas pelos ex combatentes da FEB.

3.3 A AGEFEB: AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL JUNTO À FEB

Em 23 de maio de 1944, a portaria 6.499 do Ministério da Guerra organiza o Serviço de Fundos da FEB e cria a AGEFEB, agência do Banco do Brasil responsável por suprir a Força Expedicionária Brasileira com os recursos para o pagamento das tropas, fornecimentos e indenizações, serviços estes que, no decorrer da guerra, foram muito ampliados. O presidente do Banco do Brasil à época confiou à Diretoria da Carteira de Câmbio a incumbência de organizar e coordenar os serviços da nova agência.

Conforme conta Charles Pullen Hargreaves (Depoimentos AGEFEB), entre a notificação formal do banco para estruturar a nova agência e a partida para o teatro de operações, não se passaram mais de 30 dias. Uma das primeiras ideias foi embarcar, de imediato, três funcionários do banco, por via aérea, para tomar providências, estabelecer contatos e para preparar as bases da assistência que seria prestada aos militares. No dia 1º de junho de 1944 embarcaram com destino a Argel (Argélia), em avião militar americano Gastão Detzi (gerente), Pedro Paulo Sampaio de Lacerda (contador) e Charles Pullen Hargreaves (adjunto).

Todo o pessoal da AGEFEB foi selecionado entre os bancários que se apresentaram voluntariamente para a missão. Houve um rápido treinamento e foram submetidos a exames médicos. Foram concebidos novos métodos de contabilidade e formulários mais simples que os tradicionais e mais adequados para as características de uma agência que ia funcionar no teatro de operações.

A primeira turma da AGEFEB foi composta por 14 pessoas. A cada um deles foi atribuída uma patente militar em função dos seus cargos no banco. Nos uniformes, ao invés das estrelas dos oficiais da FEB, por serem civis, o pessoal da AGEFEB usava penas como insígnias. Por isso, no início, eram chamados de “Peninhas” pelo corpo expedicionário.

Conforme conta James Swan Júnior (Depoimentos AGEFEB), no dia 29 de junho de 1944 foi dada ordem aos selecionados para comparecerem ao Banco do Brasil

(Agência Central no Rio de Janeiro) às 22:00, com a recomendação de se despedirem das famílias. Os selecionados ficaram aguardando até pouco mais de 23:00 quando um caminhão do exército, coberto por lona, estacionou de ré numa das portas dos fundos da agência. Apesar de tarde da noite, todo o esforço foi feito para que se mantivesse o sigilo da operação de embarque. Hargreaves lembra que o clima era de muita desconfiança, e havia a preocupação com a quinta-coluna⁷.

No dia 2 de julho de 1944, um dia após a partida dos três primeiros funcionários do Banco do Brasil por avião para Argel, o restante do grupo da AGEFEB embarca no navio-transporte americano “General Manning”, o mesmo que levou o primeiro contingente da FEB ao teatro de operações. Conta Armando Ferreira (Depoimentos AGEFEB) que, após o embarque, o navio ainda permaneceu por dois ou três dias no porto, aguardando a melhor hora para a partida. A interceptação da comunicação por rádio dos alemães indicava que eles tinham informações da partida das tropas brasileiras e preparavam o torpedeamento do navio.

Além da espera para o melhor momento da partida, outro fator atrasou a partida. O presidente Getúlio Vargas desejava ir à bordo para desejar boa viagem aos pracinhas. Isso só ocorreu em 1º de julho de 1944. Apesar de todas as restrições no navio de não fumar e de não falar, para que não se chamasse a atenção dos alemães, o presidente fez um discurso elogioso e de força ao grupo usando o auto-falante do navio.

O Banco do Brasil, através de bancos americanos e ingleses, havia colocado à disposição da AGEFEB, um milhão de dólares para pagamento da tropa em Argel. Porém, quando os três primeiros funcionários da AGEFEB já estavam em Argel, cuidando da infraestrutura financeira da FEB, receberam comunicação do General Comandante americano de que Argel não seria mais o ponto de desembarque, mas sim, Nápoles na Itália. Com urgência, e novamente contando com aviões militares americanos, a AGEFEB se deslocou para Nápoles e, logo depois, para Caserta, uma cidade próxima, onde foi montado o Quartel General Aliado.

Ainda em Argel, a AGEFEB foi comunicada pelo Serviço Financeiro Aliado que, no teatro de operações, era proibida a circulação de moeda de curso internacional. Somente estavam autorizadas a circular na Itália a AM Lira e a própria Lira italiana.

⁷ Pessoas que ficavam à espreita, coletando informações sobre a movimentação das tropas e enviando as informações coletadas ao inimigo.

Ficou acertado que a AGEFEB poderia requisitar a esta unidade, o montante de cédulas necessárias para suas atividades.

Conforme conta Pedro Paulo Lacerda (Depoimentos AGEFEB):

É claro que com os americanos não havia mesmo burocracia nenhuma, absolutamente. Com os americanos nós chegávamos lá com um caminhão, porque era pra carregar milhares de notas em caixotes imensos. O americano mandava botar aquilo tudo dentro do nosso caminhão e, depois de estar no caminhão, eles então vinham com o recibo para nós assinarmos ... depois de estar no caminhão. Agora, já o francês e o inglês eram diferentes. Já faziam, antes de mandar entregar, faziam passarmos o recibo, etc. Mas o americano não ... não era assim.

Armando Ferreira (Depoimentos AGEFEB), conta uma passagem importante da AGEFEB para a história da FEB na Itália:

Nós fomos pra lá [Nápoles], já tinha barracas armadas e naturalmente os americanos fizeram uma pequena homenagem quando nós desembarcamos do navio. Mas os oficiais mais graduados queriam ir lá no acampamento nosso. Então, havia necessidade de botar uma bandeira brasileira nesse acampamento lá de Bagnolli.

Quando foram procurar a bandeira brasileira, naquele corre-corre todo de chegada ao país em guerra e tudo o mais, tinham perdido a bandeira brasileira. Então, foram perguntar ao pessoal do Banco se eles tinha uma bandeira brasileira e o nosso Coronel Detzi então ofereceu para que fosse usada a bandeira brasileira levada pelo Banco do Brasil e foi então, essa a primeira bandeira brasileira hasteada na Itália, depois do início da guerra. Foi do Banco do Brasil.

Na chegada a Nápoles, ainda embarcados, a primeira providência dos funcionários da AGEFEB foi recolher todo o dinheiro em poder da tropa. Conta Armando Ferreira que antes de entrar no teatro de operações era obrigatório recolher todo o dinheiro de circulação internacional com o receio de caírem nas mãos dos alemães. Havia a necessidade de trocar o dinheiro pelas AM Lira que eram cédulas que não interessavam aos alemães já que sua troca para dinheiro de circulação internacional deveria ser feita somente com o exército aliado.

Na chegada a Nápoles, a AGEFEB se instalou em Bagnolli, junto ao acampamento brasileiro. O acampamento não tinha qualquer conforto, só haviam barracas, sem camas, sem nada, chão de terra. Por sorte era verão. Mas, a AGEFEB precisava de escritórios no centro, perto dos serviços financeiros aliados e próximo ao Quartel General Aliado. Em 2 de agosto de 1944, transferiu-se para três salas de uma ala não danificada do prédio dos correios.

Porém, mesmo antes da mudança para o centro de Nápoles, a AGEFEB começou a operar os “balcões móveis”, verdadeiras agências bancárias volantes que, montadas em caminhões, iam até onde estivessem os pracinhas. Pedro Paulo Lacerda (Depoimentos AGEFEB) conta como eram os balcões móveis:

... eram os funcionários que iam à frente de batalha, iam aos quartéis, aos comandos, com mesas, mesinhas portáteis, máquinas portáteis, máquinas de somar portáteis, tudo portátil, que nós tínhamos levado já daqui do Brasil. Então íamos lá porque era impossível a tropa toda vir à agência em Roma. Não era possível. Então bolamos esse negócio, que a tropa brasileira levou e que nenhuma outra tropa tinha, era o depósito em conta corrente. Depósito em conta corrente só o Brasil teve. Quer dizer, o soldado antes de ir para a frente, depositava lá no Banco e ia para a frente sem o dinheiro no bolso. Quer dizer, não havia dinheiro queimado, não havia nada dessa história. A menos que quisesse levar e arriscar.

Fotografia 4: Balcão Móvel utilizado pela AGEFEB na Itália



Fonte: Revista DESED, 1969.

Para simplificar os depósitos e as retiradas dos pracinhas, alguns dos quais não sabiam escrever, foi criado o sistema de saques e depósitos através de guias, que eram registrados numa caderneta. Os cheques foram abolidos. O soldado apresentava a caderneta na agência, ou no balcão móvel, e nela era anotado o movimento da conta corrente.

Fotografia 5: Caderneta de Conta Corrente



Fonte: Revista DESED, 1969.

Mas, mesmo com este recurso, muitos pracinhas ainda levavam dinheiro no bolso para o campo de batalha. Em artigo de Adriane Piovezan (2012), que trata do Pelotão de Sepultamento da FEB, constava a identificação de 144 ocorrências de “dinheiro” no bolso dos pracinhas mortos em combate. Nesta mesma identificação, constavam 24 “recibos do Banco do Brasil”.

Mais uma passagem curiosa mostra como a AGEFEB estava integrada com os pracinhas. Esta é contada por Léo Santos (Depoimentos AGEFEB):

Certa ocasião, na agência de Pistóia, eu recebi um cheque, que era uma carteira de cigarro Continental aberta, e nela estava escrito: "Sr. Major, peço o favor de entregar ao portador as três mil liras que eu deixei aí. Vou ter três dias de folga em Florença."

O colega me apresentou e disse: "Não tem assinatura dele". Eu digo: "Ué! Faz um papel de caixa, o homem vai passar três dias em Florença, tá sofrendo na linha de combate, você vai deixar que ele vá sem dinheiro? Faz um papel de caixa e no verso escreve: "Recebi a importância de tanto, devido ao sr. Fulano de Tal". Colhe a assinatura e a identidade do portador e dá o dinheiro. Dessa maneira, o pracinha pôde se divertir com as "ragazzas" em Florença, com as três mil liras que tinha.

Além da diversão nos momentos de folga, os pracinhas se utilizavam de serviços da população local e pagavam em liras. Um destes serviços era o das lavadeiras, descrito por Carmem Rigoni (2010) quando aborda o Serviço de Saúde da FEB:

... era incentivada a higiene pessoal, o banho frequente, a abundância de roupas para trocar. Na dificuldade de lavar roupas nos acampamentos, valiam-se os soldados das lavadeiras italianas que rodeavam os acampamentos. O pagamento era feito com poucas liras, mas se fazia o escambo, tão apreciado pela população local, quando recebiam em pagamento, alimentos, chocolate, açúcar e outros produtos recebidos nas rações diárias dos soldados.

Os trabalhos da AGEFEB logo se expandiram. A agência requisitava moeda de ocupação ao Serviço Financeiro Aliado, pagava o serviço de intendência da FEB que, por sua vez, pagava os soldados. Oficiais e pracinhas então procuravam a AGEFEB para efetuar os depósitos. Quem quisesse, podia mandar dinheiro para o Brasil, através das ordens de pagamento, um serviço que, apesar das dificuldades de comunicação, funcionou perfeitamente. A precariedade das comunicações em época de guerra fazia com que as ordens de pagamento para o Brasil fossem transmitidas pelo exército aliado, via Washington, que encaminhava a mensagem para o Adido Financeiro na embaixada americana no Rio de Janeiro que as encaminha ao Diretor de Câmbio do Banco do Brasil.

Os serviços se avolumaram e logo a AGEFEB precisou de reforços. No final de setembro de 1944 saiu do Brasil o segundo escalão do Banco do Brasil, composto por 5 pessoas. Em pouco tempo a AGEFEB ganhou o respeito dos pracinhas e dos oficiais.

A eficiência da AGEFEB tornou-se tão conhecida entre o exército aliado, que passou a ser assediada pelos soldados americanos, que queriam utilizar-se de seus serviços, a ponto de chamar a atenção do Alto Comando Americano. Ganhando o respeito e o carinho da tropa, os funcionários da AGEFEB foram autorizados, pelo Alto Comando da FEB, a substituir as peninhas, passando a usar as mesmas insígnias dos oficiais do exército.

Com o deslocamento da FEB para o treinamento complementar em Civita Vecchia, a 70 Km de Roma, a AGEFEB abriu então, em setembro de 1944, um escritório na capital italiana, que passou a ser conhecido como o Escritório Central, no edifício da Banca Nazionale del Lavoro, sucursal de Corso Umberto.

Fotografia 6: AGEFEB no Escritório Central em Roma.



Fonte: Revista DESED, 1969.

O escritório de Nápoles foi mantido porque o Quartel General Aliado estava naquela cidade e uma base num porto facilitava as comunicações. Na inauguração do Escritório Central em Roma, um momento de emoção. Pela primeira vez, depois de começada a guerra, foi desfraldada a bandeira brasileira na capital italiana.

A vida dos funcionários do Banco do Brasil na Itália era praticamente só de trabalho. Folga, só no Natal e Ano Novo. A comida, no estilo americano, era à base de enlatados, as "escatoletas", como eram chamadas pelos italianos. Para os brasileiros, o frio era um dos maiores suplícios.

Cada funcionário da AGEFEB recebia, por mês, o equivalente a três salários: um era pago na Itália, os outros dois eram depositados numa conta no Banco do Brasil, do Rio. Além disso, tinham direito a diárias.

Logo a FEB recebeu seu batismo de fogo. Montese, Monte Castelo, as batalhas se sucediam diante de um inimigo disposto a vender caro cada colina conquistada pelos nossos pracinhas. Com o avanço das tropas brasileiras, a AGEFEB abriu seu terceiro escritório, chamado de Escritório B. No dia 2 de dezembro de 1944, numa

fria e escura dependência da Caixa Econômica de Pistóia, o Banco do Brasil começa a operar perto do front. Quase ao mesmo tempo, chega à Itália o terceiro grupo para reforçar a AGEFEB. Embora não participassem dos combates, os funcionários da AGEFEB corriam riscos por causa dos bombardeios e dos quintacolumnas. Pistóia era uma cidade onde os fascistas ainda tinham muita força.

Fotografia 7: AGEFEB no Escritório B (Pistóia).



Fonte: Revista DESED, 1969.

Além dos serviços bancários, base de sua atuação na Itália, o pessoal do Banco do Brasil também fazia eficiente trabalho de relações públicas.

A AGEFEB também era o correio dos pracinhas. As cartas falavam do Brasil, da família distante. Matavam as saudades e davam moral à tropa. Segundo Charles Hargreaves (Depoimentos AGEFEB), receber mensagens, cartas, era uma festa. O Banco recebia e procurava distribuir, onde fosse possível, uma certa parte dessa correspondência e o serviço era feito pelo Serviço Postal da FEB. Mas, o correio passava sempre por localidades onde estavam os grupos do Banco, as agências do Banco ou os balcões móveis. Isso facilitou a distribuição e o recebimento de correspondências também, que era enviado, através de malotes regulares. Isso funcionou depois de algum tempo. De início, passou-se um prazo sem qualquer possibilidade de comunicação.

Numa ocasião de guerra, o cidadão tem todas as suas potencialidades exigidas. Os trabalhos mais estranhos lhe são solicitados, como relatou James Swan Júnior (Depoimentos AGEFEB):

O primeiro, ou um dos primeiros, soldados brasileiros que faleceu na Itália, ele não estava com a identificação dele, que todos nós tínhamos, o "dog tag". Eram duas chapinhas onde tinha o nome, o tipo de sangue, o número da inscrição no Exército, etc. E, quando você encontrava alguém morto no campo de batalha, você pegada um dos "dog tag" e botava entre os dentes dele. E, como o cadáver iria endurecer, aquela identificação não seria nunca perdida. O outro "dog tag" você levava então para as autoridades, para o quartel general ou o que fosse, para ser registrada a morte.

Mas esse, infelizmente, não estava com o "dog tag", ou pelo menos não foi encontrado. Então, o exército, que tinha preparado vários soldados para fazer datiloscopia, mas não ocasião, ali, naquele local, não tinha alguém para fazer a datiloscopia. Mas nós, do Banco do Brasil, estávamos bem próximo. Então fomos chamados para fazer a identificação datiloscópica desse soldado.

Eu devo dizer que uma das nossas ideias, com relação ao nosso trabalho na Itália, era facilitar ao nosso pracinha, ao expedicionário. Então nós tínhamos nos preparado no Brasil. Dois ou três de nós fizeram um curso de datiloscopia, porque na caderneta de conta corrente do soldado, ele poderia assinar, ou se não soubesse escrever, teria a identificação datiloscópica. Então, com isso nós, mais uma vez, um tanto fora da nossa função de bancário, mas também prestamos mais uma ajudazinha à FEB. Fomos identificar um dos primeiros soldados mortos na Itália.

Em março de 1945, chegou à Itália o quarto e último grupo da AGEFEB. Em maio de 1945, o escritório de Pistóia é transferido para Gênova, ocupando instalações do Banco de Itália e Rio de la Plata. A mulher brasileira se incorporou decididamente à campanha da FEB e sua presença foi marcante no apoio às nossas tropas na Itália. Este espírito empolgava as funcionárias do Banco e uma delas, Maria do Carmo Corrêa de Castro, a Carmita, foi a primeira a se apresentar como voluntária para enfermeira da FEB.

Fotografia 8: Placa indicativa do Banco do Brasil em Gênova.



Fonte: Exposição “A História do Banco do Brasil”. Centro Cultural Banco do Brasil – Rio de Janeiro.

No dia 2 de maio de 1945, às três horas da tarde, Berlim, a capital alemã, é tomada pelas tropas soviéticas. A Alemanha estava vencida. Seis dias depois, em 8 de maio, ela se rende incondicionalmente aos Aliados. A guerra terminava na Europa. As tropas brasileiras começaram a preparar a volta para casa. A AGEFEB também. Os números do trabalho da AGEFEB na Itália são impressionantes. Toda a tropa tinha conta corrente na AGEFEB. Cerca de 52 mil ordens de pagamento foram enviadas para o Brasil, um número que superou o das ordens de pagamento emitidas, no mesmo período, pela própria Agência Central do Banco, no Rio de Janeiro.

Ao final da guerra, os soldados tiveram que converter todo o dinheiro que tinham guardado e depositado na AGEFEB. Como não haviam cédulas de curso internacional disponíveis para todos, foram emitidos milhares de cheques que transformavam as AM Liras em Cruzeiros, que seriam recebidos no Brasil.

O relato final de Charles Hargreaves (Depoimentos AGEFEB) retrata o retorno dos funcionários da AGEFEB ao Brasil:

Os elementos integrantes da AGEFEB, ao retornar, voltaram aos seus respectivos postos. Naturalmente, já sem a farda, foram desligados oficialmente pelo Ministério da Guerra e, cada um, os que estavam comissionados, foram comissionados. Não houve nenhum favoritismo especial, apenas registrou-se na fé-de-ofício de cada um os elogios que foram dados. O próprio Marechal Mascarenhas fez largos elogios, comunicou ao Presidente da República que, por sua vez, também comunicou ao Presidente do Banco e isso tudo nos trouxe muita alegria.

Nos deu muita satisfação saber finalmente que, bem ou mal, tínhamos cumprido o nosso dever.

O Banco do Brasil foi a única instituição bancária presente no front da Segunda Guerra Mundial. Todos os funcionários da AGEFEB receberam por Decreto do Governo a Medalha de Campanha e a Medalha de Guerra.

Fotografia 9: Representantes da AGEFEB com o Mal. Mascarenhas de Moraes.



No Escritório Central, da esquerda para a direita, o general Falconieri, o tenente-coronel Armando Moraes Ferreira (adjunto), o marechal Mascarenhas de Moraes, o tenente-coronel Pedro Paulo Sampaio de Lacerda (contador) e o coronel Gasão Luiz Detsi (gerente).

Fonte: Revista DESED, 1969.

4 CONCLUSÃO

Desde o surgimento das primeiras moedas de circulação na Lydia, século VI a.C., o dinheiro passou a fazer parte do cotidiano das nações, principalmente nas operações comerciais. O poder das nações passou a ser medido por quanto dinheiro cada uma possuía. Assim, os conflitos militares ampliaram seus objetivos e passaram a buscar a conquista do poder econômico, de fontes de recursos naturais e de acessos mais fáceis a estas fontes. A constante busca por poder e, conseqüentemente, dinheiro, se tornou um dos principais motivadores de conflitos. Por outro lado, o aumento significativo da dependência de recursos financeiros para formação, treinamento, armamento e manutenção dos exércitos, apresentou uma nova face do dinheiro, aquela que o torna um limitante para o resultado das batalhas. Quanto mais dinheiro, mais recursos financeiros, mais fácil é manter um exército forte e bem treinado, que é fundamental para a vitória. Ao mesmo tempo que o dinheiro motiva guerras, ele também influencia no resultado.

Em Roma os conflitos regionais, ainda restritos à península Itálica, geravam grandes rendas com a venda dos escravos e a alta cobrança de impostos nas regiões conquistadas. Essas rendas permitiam a Roma avançar nas suas conquistas. Com a expansão do Império Romano para além da península, tornou-se necessária a criação de exércitos permanentes que recebiam salário. Além do pagamento dos salários era necessário manter a logística do exército em pontos distantes de Roma, o que motivou sua intervenção direta nos meios de produção, o aumento dos impostos nas regiões conquistadas e até a apropriação de recursos dos conquistados. Nesta época surgiu o *solidus*, moeda romana utilizada exclusivamente pela elite (incluindo os soldados) de onde derivou o termo soldo, até hoje representando o salário pago aos militares.

Nos séculos seguintes, os exércitos evoluíram cada vez mais, os conflitos passaram a ter abrangência geográfica mais ampla com cada vez mais esforço logístico para manutenção dos exércitos nas frentes de batalha. Surgiram os mercenários, que eram contratados pelos senhores ou pelo Estado, sem qualquer vínculo com o local, com o único objetivo de combater. O pagamento aos soldados se tornou mais diversificado. Nos diversos momentos da história, os soldados, sejam mercenários ou de exército permanente, foram pagos com sal (ou autorização para compra de

sal) em Roma, com a concessão de feudos (terras) durante a Idade Média, com a concessão de indulgências (perdão dos pecados) nas ordens militares religiosas e em dinheiro (espécie) a partir das guerras modernas.

Tratando especificamente da Segunda Guerra Mundial, é possível claramente identificar as duas vertentes do dinheiro: como motivador da guerra, a partir do projeto de poder e de dominação mundial empreendido por Hitler e como definidor do resultado dos conflitos, a partir da entrada dos EUA na guerra, pelo lado aliado, com o intenso ataque às fontes de recursos financeiros e materiais dos países do Eixo.

A entrada americana no conflito foi fundamental para definir a entrada do Brasil na guerra. A partir do acordo de solidariedade continental (1940) e do ataque japonês à base americana de Pearl Harbor (1941), em janeiro de 1942 o Brasil rompe relações com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). O rompimento de relações é entendido pelo governo alemão como declaração de guerra e tem início uma série de ataques e afundamentos de navios mercantes brasileiros. Esta sequência de ataques, além da pressão da opinião pública, leva o Brasil a declarar guerra à Alemanha e Itália em 22 de agosto de 1942. A declaração de guerra leva o Brasil a tomar contato com os dois tipos básicos de dinheiro que existem durante uma guerra: Bônus ou Obrigações de Guerra e Cédulas Militares.

O Brasil lançou Bônus ou Obrigações de guerra ainda em 1942 visando arrecadar recursos financeiros para cobrir os custos que uma guerra traz. Os bônus eram papéis moeda, similares a ações ao portador, resgatáveis em parcelas semestrais, com o primeiro resgate definido para após assinado o acordo de paz. No caso brasileiro, as obrigações de guerra foram compulsórias e todos os trabalhadores deveriam contribuir com o esforço de guerra, a partir do desconto em folha de 3% dos seus rendimentos, e que receberiam o equivalente a este valor em obrigações de guerra. Este tipo de dinheiro foi necessário e de grande importância para a cobertura dos custos de infra estrutura das forças armadas para o esforço de guerra. Alguns países lançaram obrigações de guerra, como o Brasil; outros, optaram por aumentar os impostos, sem qualquer forma de arrecadação extraordinária; outro grupo lançou selos e loterias como forma de arrecadar recursos e, ao mesmo tempo, envolver a população do país no esforço de guerra. De qualquer maneira, havia preocupação compartilhada por todos os países combatentes que, sem recursos financeiros, sua participação na guerra estaria condenada ao fracasso. Por isso,

independente da forma de arrecadação, obter recursos específicos para o esforço de guerra era unanimidade entre os combatentes.

Em agosto de 1943, por questões políticas e econômicas, o Brasil decide enviar ao front soldados para combate aos países do Eixo, através da formação da Força Expedicionária Brasileira, a FEB. Num primeiro momento o destino da FEB seria a Argélia, mas, com a evolução dos combates no Teatro de Operações Europeu, os brasileiros foram designados para lutarem ao lado do 5º Exército Americano na Itália. Em 02 de julho de 1944, segue para Itália o primeiro grupo de combatentes da FEB. Com isso, os brasileiros tomam contato com o outro tipo de dinheiro utilizado na guerra: as Cédulas Militares ou dinheiro de ocupação. No caso da Itália, o dinheiro era chamado de AM Lire (Allied Military Lire). Este tipo de dinheiro tinha dois objetivos básicos: recompor o numerário em circulação na Itália (sistematicamente retirado de circulação pelos alemães quando ainda dominavam o país, na estratégia de terra arrasada) e trocar o dinheiro internacional das tropas combatentes (dólar, libra, francos, cruzeiros) que poderiam ser capturados pelos alemães e utilizados para suprir suas necessidades de recursos, por dinheiro militar, emitido pelos aliados e que só tinham uso dentro da estrutura aliada. Além das AM Lire, a outra moeda de circulação na Itália era a própria Lira Italiana. As AM Lire eram utilizadas para pagamento dos soldados, compras nas instalações militares (cantinas) e utilização pelos soldados nos seus momentos de folga. Infelizmente, a enxurrada de AM Lire em território italiano, sem uma contrapartida financeira organizada, levou o país a altas taxas de inflação no pós-guerra.

Durante a participação brasileira na guerra, foi montada estrutura financeira de apoio à FEB e à FAB, através da criação de uma agência especial do Banco do Brasil, a AGEFEB, que acompanhou os pracinhas durante todo o período que estiveram na Itália. Um grupo de 3 funcionários seguiu antes da tropa para organizar os trabalhos no front. Os próximos 11 funcionários civis do Banco do Brasil embarcaram para a Itália junto com a primeira tropa de soldados da FEB e lá se mantiveram até o final da guerra. Novos funcionários seguiram para o front junto com o restante dos soldados em diversos embarques durante os anos de 1944 e 1945. O objetivo desta estrutura oficial era o de dar suporte financeiro aos pracinhas e às estruturas militares brasileiras presentes no campo de batalha. O Brasil foi o único país a enviar uma estrutura financeira formal para acompanhar os soldados no campo de batalhas.

A AGEFEB prestou inúmeros e relevantes serviços ao grupo tais como pagamento da tropa, emissão de ordens bancárias, transferências de dinheiro para os familiares dos pracinhas no Brasil e até utilização da sua estrutura de comunicação para prover contato entre os combatentes e a família.

Este grupo de funcionários do Banco do Brasil, formado por 29 civis, voluntários, sem formação militar, chegou muito perto do campo de batalha. O espírito patriótico, a responsabilidade e a extrema competência desta equipe deu tranquilidade financeira aos pracinhas nos difíceis momentos da batalha. A equipe da AGEFEB contava com a confiança e respeito de todos os pracinhas e oficiais. Infelizmente, apesar de toda a importância do grupo, raramente eles são citados quando se fala do Brasil na guerra. Um dos objetivos deste trabalho é apresentar um pouco da documentação existente sobre eles para que, no futuro, desperte o interesse de outros pesquisadores para aprofundar a pesquisa e marcar, de uma vez por todas, o nome destes bravos homens na história do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Além da abertura para um estudo mais elaborado sobre a AGEFEB, este trabalho tem por intenção provocar os pesquisadores a enxergar as guerras, e especificamente a Segunda Guerra Mundial, pelo aspecto financeiro e com o apoio da numismática. Em virtude da delimitação de escopo do trabalho, alguns itens importantes não puderam ser tratados tais como: as outras cédulas militares (AM Franc, AM Mark, AM Shillings, etc), as cédulas de campos de concentração, as cédulas de campos de trabalhos forçados, as cédulas dos guetos e a utilização do dinheiro como arma de guerra, principalmente com as falsificações e com a guerra psicológica. Cada um destes outros tipos de dinheiro possuem características próprias e proporcionam um imenso campo para estudo.

5 REFERÊNCIAS

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL: Ano VI – 1941 / 1945. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 1946. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1941_1945.pdf>. Acesso em 22 de fevereiro de 2015.

ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL. **A Contribuição do Banco do Brasil à FEB**. Rio de Janeiro, n. 32/05, p. 3-4, mai. 1983.

BALANÇO DA RECEITA E DESPEZA DO IMPÉRIO. Rio de Janeiro. Contadoria Geral da República. 1942 a 1946. Disponível em < <http://memoria.bn.br>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2015.

BRAGA, Rubem. Os Homens do Banco do Brasil. **O Cruzeiro**. Itália, 8 fev. 1945. p. 4.

BRASIL. **Decreto Lei nº 4.789, de 05 de outubro de 1942**. Autoriza a Emissão de Obrigações de Guerra e dá outras providências. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4789-5-outubro-1942-414899-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2015.

_____. **Decreto Lei nº 6.455, de 29 de abril de 1944**. Dispõe sobre subscrição e venda de “Obrigações de Guerra” e dá outras providências. Disponível em <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=5127&norma=11856>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2015.

_____. **Decreto Lei nº 6.516, de 22 de maio de 1944**. Eleva o limite da emissão de "Obrigações de Guerra" autorizada pelo Decreto-Lei n. 4789, de 5 de outubro de 1942. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto->

lei-6516-22-maio-1944-451955-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 22 de fevereiro de 2015.

_____. **Decreto Lei nº 7.113, de 04 de dezembro de 1944.** Eleva o limite da emissão de "Obrigações de Guerra" autorizada pelo Decreto-Lei n. 4789, de 5 de outubro de 1942. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7113-4-dezembro-1944-389573-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2015.

_____. **Decreto Lei nº 9.138, de 05 de abril de 1946.** Suspende a subscrição compulsória de "Obrigações de Guerra", e dá outras providências. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9138-5-abril-1946-417181-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2015.

CARLAN, Cláudio Umpierre. **Poder, imagem e arqueologia: a iconografia monetária e o exército romano.** In: Revista História da Arte e Arqueologia, n. 6. Campinas: UNICAMP, 2007.

CLARK, Bryan Lester. **Use of military payment certificates: an evaluation.** Estados Unidos. George Washington University, 1969.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra.** São Paulo: Martins Fontes Editora, 2014.

DEPEYROT, G. **Economie et Numismatique (284-491).** Paris: Errance, 1987.

DEPOIMENTOS AGEFEB. **Transcrição oficial de vídeo contendo depoimentos dos funcionários AGEFEB.** Registro nº 6.441. Museu da Imagem e do Som do Banco do Brasil.

EAGLETON, Catherine e WILLIASM, Jonathan. **Money – A History.** London. The British Museum Press, 2011.

FERGUSON, Niall. **A Ascensão do Dinheiro: a história financeira do mundo.** São Paulo. Editora Planeta do Brasil, 2009.

FIELDS, Nic. **Early Roman Warrior 753–321 BC – Warrior 156**. Oxford. United Kingdom: Osprey Publishing, 2011.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo. Editora Contexto, 2002.

JESTICE, Phyllis G. **História das Guerras e Batalhas Medievais: O Desenvolvimento de Técnicas, Armas, Exércitos e Invenções de Guerra durante a Idade Média**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda., 2012.

MORAES, João Baptista Mascarenhas de. **A FEB pelo Seu Comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2005.

OLIVEIRA, Dennison de. **Os soldados alemães de Vargas**. 3ª. Reimpressão. Curitiba. Editora Juruá, 2011.

PIOVEZAN, A . **Devoções individuais dos soldados mortos em guerra: a documentação do Pelotão de Sepultamento (1944-1945)**. Revista Brasileira de História Militar, v. 9, p. 1-14, 2012.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Criação de Obrigações de Guerra para o contribuinte do Imposto de Renda**. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/irpf/historia/hist1940a1943.asp#obrigacoes_querra>. Acesso em 22 de fevereiro de 2015.

REVISTA DESED. **O BB na Guerra**. Rio de Janeiro, Volume 11, p. 20-26. Departamento Geral de Seleção e Desenvolvimento do Pessoal – Banco do Brasil S.A., jan/fev. 1969.

RIGONI, Carmem Lúcia. **Diários de Guerra I: anjos de branco, o serviço de saúde da FEB na Itália salvando vidas (1944-1945)**. Curitiba. Editora Progressiva Ltda., 2010.

SANDOVAL, Márcio Rovere. Emissões da Ocupação Militar após o Desembarque na Europa (1943 – 1958). **Boletim Informativo da Associação Filatélica e Numismática de Santa Catarina**. Florianópolis, número 65, p. 4-14, mar 2012.

SCHWAN, C. Frederick; BOLING, Joseph E. **World War II Remembered. History In Your Hands – A Numismatic Study**. Ohio: BNR Press, 1995.

STRATHERN, Paul. **Uma Breve História da Economia**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012.

TARACCHINI, Alfredo. **Addio, cara Lira: storia illustrata della moneta che ha accompagnato per duecento anni la vita del nostro paese**. Bologna, Itália. Banca Popolare dell'Emilia Romagna, 1999, p. 150.

TUCIDIDES. Prefácio de Hélio Jaguaribe, Traduzido do Grego por Mário de Gama Kury. **História da Guerra do Peloponeso**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

UNITED STATES DEPARTMENT OF TREASURY. **A History Of The United States Saving Bonds Program**. 50th Aniversary Edition. Washington: Department of Treasury Press, 1991.

WEATHERFORD, Jack. **A História do Dinheiro**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.